

Investimentos estrangeiros no Brasil

SILMARA AFARELLI

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO
PARA O BRASIL NO PERÍODO PÓS-2001: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Fernando Sarti.

CAMPINAS
2006

Dedico este trabalho à minha família, amigos e a todos os professores que me ajudaram e me incentivaram no decorrer no curso de Economia.

*Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Fernando Sarti, que
colaborou para a elaboração deste trabalho.*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos que os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) tiveram sobre a economia brasileira durante a década de 90 e no período recente, bem como os impactos de sua redução no período pós-2001. A hipótese defendida é a de que o IDE, apesar das vantagens que traz à economia que o recebe, não contribuiu, no caso brasileiro, para um aumento do nível de investimentos da economia, para seu crescimento ou para o aumento da produtividade e do conteúdo tecnológico das exportações. Portanto, a redução dos fluxos de IDE para o Brasil no período mais recente não teria trazido grandes problemas para a economia. Os resultados tendem a confirmar o argumento defendido.

Palavras-chave: investimento direto estrangeiro, empresas transnacionais, internacionalização.

ABSTRACT

This paper intends to analyze the impacts that the inflows of Foreign Direct Investment (FDI) had over the Brazilian economy during the nineties and recently, as well as the impacts of its reduction in the after-2001 period. The hypothesis defended is that the FDI, despite the advantages it brings to the economy which receives it, did not contribute, in the Brazilian case, to an increase in the level of investments of the economy, to its growth or to an increase of the productivity and of the technological content of the exports. Therefore, the decrease of the FDI inflows to Brazil recently would not have brought serious problems to the economy. The results tend to confirm the defended argument.

Keywords: foreign direct investment, transnational corporations, internationalization.

SUMÁRIO

Introdução	06
Cap. 1: Características do Investimento Direto Estrangeiro	08
1.1 - Benefícios e custos para a economia receptora do IDE	08
1.2 – Fatores de atração do IDE	14
Cap. 2: Evolução e características do IDE no Brasil no período recente	21
2.1 - Evolução dos fluxos de IDE no Brasil	21
2.2 - Características do IDE no Brasil	27
Cap. 3: Impacto da redução dos fluxos de IDE no crescimento e desenvolvimento da economia brasileira	40
Conclusão	55
Referências Bibliográficas	57

INTRODUÇÃO

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é um tema que tem gerado grandes controvérsias em todo o mundo e, principalmente, nos países em desenvolvimento. Não se chegou ainda a um consenso sobre os impactos desse tipo de investimento em uma economia, de modo que não está claro se predominam os impactos positivos ou os negativos do IDE na economia que o recebe.

O IDE é uma das formas de internacionalização da produção. De acordo com Gonçalves et al. (1998, p. 206), “A internacionalização da produção ocorre sempre que residentes de um país têm acesso a bens ou serviços originários de outro país”. Além do IDE, existem duas outras formas de internacionalização da produção: o comércio internacional e a relação contratual. O primeiro representa movimentos de bens e serviços entre os países. O segundo, por sua vez, representa a transferência de um ativo específico à propriedade de uma empresa estrangeira para uma empresa nacional, para que a última possa produzir o bem ou serviço no país. Enquanto isso, o IDE consiste na transferência de fatores de produção de um país para outro, o que geralmente é realizado por empresas transnacionais (ETs). Tanto o IDE quanto o comércio internacional são formas de “internalização” da produção, enquanto a relação contratual é uma forma de “externalização” da produção¹. A escolha entre as diferentes formas de internacionalização da produção depende dos benefícios e custos de cada uma.

O investimento, de uma forma geral, é um fator fundamental na determinação dos níveis de crescimento e desenvolvimento da economia. O IDE, como qualquer investimento, traz benefícios à economia em termos de crescimento do nível de produção e de emprego. Mas, além disso, ele pode ter impactos sobre as taxas de investimento do país através de encadeamentos produtivos, ou seja, por meio de incentivos aos investimentos realizados por empresas locais, em setores complementares àqueles para os quais o IDE se dirigiu.

O presente trabalho pretende discutir esse assunto, relacionando-o ao caso brasileiro. Analisando os trabalhos de diversos autores, alguns de opinião mais favorável ao IDE, outros de opinião menos favorável, pretende-se definir quais foram os impactos do IDE na economia brasileira no período recente, analisando suas contribuições e contrapondo-as às desvantagens desse tipo de investimento, com a finalidade de determinar se o resultado foi positivo ou negativo para o país. Serão analisados, em especial, os impactos da queda do fluxo de IDE para o Brasil a partir de 2001, na tentativa de determinar a importância desse tipo de investimento para a economia.

Essa é uma discussão fundamental, uma vez que, definido o real impacto do IDE em uma economia com as características da nossa, é possível elaborar políticas para a flexibilização desses investimentos, evitando assim possíveis desequilíbrios na economia nacional.

¹ Gonçalves et al., 1998, p. 207.

No primeiro capítulo, serão discutidas as principais características do IDE e os seus principais fatores de atração, bem como se estes estão ou não presentes na economia brasileira. No segundo capítulo, serão analisadas a evolução dos fluxos de IDE para o Brasil e as características dos investimentos que entraram no país. Finalmente, o terceiro capítulo irá tratar dos impactos que esses fluxos tiveram no Brasil, bem como dos impactos de sua redução no período pós-2001, discutindo quais foram os principais benefícios e custos que esse tipo de investimento trouxe para a economia brasileira.

CAPÍTULO 1

Características do Investimento Direto Estrangeiro

Este capítulo tem como objetivo introduzir as principais características do investimento direto estrangeiro (IDE), discutindo quais são suas principais vantagens e desvantagens para a economia receptora, bem como quais são seus principais fatores de atração.

A primeira seção trata dos benefícios e custos que o IDE traz para a economia que o recebe e cita as opiniões de alguns autores a respeito dessa questão. A segunda seção discute quais são os principais fatores de atração do IDE e quais deles estão presentes na economia brasileira, bem como algumas medidas que precisam ser tomadas se o país quiser se tornar mais atrativo para esse tipo de investimento.

1.1 - Benefícios e custos do IDE para a economia receptora

O tema relacionado ao IDE tem gerado muitas controvérsias entre os economistas. Muitos autores discutem esse tema, com o objetivo de analisar os impactos recentes da entrada de investimentos diretos estrangeiros no Brasil. As conclusões diferem em alguns aspectos, mas os autores concordam que o IDE apresenta tanto vantagens quanto desvantagens para o país receptor.

A importância dessa discussão está no fato de que ainda não se chegou a um consenso sobre se o IDE é favorável ou não para a economia que o recebe. É preciso considerar o tipo de IDE que ingressou no Brasil, de que modo isso afetou a economia e, principalmente, quais foram os impactos da sua redução no período mais recente. Além disso, é necessário fazer uma análise que considere as características da economia brasileira e o tipo de inserção do Brasil na economia internacional, já que o IDE tem um impacto diferente em cada país, dependendo desses fatores.

Esse tema gera muita discussão, pois o IDE, ao mesmo tempo em que traz benefícios ao país receptor, também traz alguns custos.

Uma das principais vantagens do IDE é que ele é um investimento de longo prazo, portanto menos volátil que o investimento de portfólio, que é predominantemente de curto prazo. Isso torna o IDE qualitativamente melhor do que outras formas de entrada de capital estrangeiro. Segundo Gonçalves et al. (1998, p. 248), “o IDE tem um horizonte de longo prazo, quantitativamente superior aos empréstimos de médio prazo por meio de bônus e outros instrumentos financeiros e qualitativamente superiores ao investimento de portfólio”.

Além disso, alguns autores, como UNCTAD (2005) e Bonelli (1998), defendem a teoria de que a entrada de IDE no país pode ser acompanhada pela entrada de tecnologia e know-how,

aumentando a eficiência, a competitividade e a produtividade da indústria, incentivando assim a modernização e o aumento da produtividade também nas empresas nacionais. Ou seja, a entrada de IDE pode ajudar na criação de encadeamentos produtivos e tecnológicos. Além disso, o IDE pode melhorar a competitividade dos países, ao melhorar sua infra-estrutura e seus serviços de apoio à atividade exportadora. Segundo Bonelli (1998), o IDE é uma variável-chave para aumentar a contestabilidade dos mercados, o que, por sua vez, contribui para aumentar a competitividade no país. Para o autor, o fato de que grande parte dos fluxos de IDE está se dirigindo ao setor de serviços (non-tradables), contribui também para aumentar a competitividade dos tradables, já que “um setor de serviços eficiente é um pré-requisito para um setor exportador eficiente, tanto em termos de finanças/transações bancárias, energia, telecomunicações, como de sistemas de transportes e portos” (Bonelli, 1998, p. 04).

Pelo lado do Balanço de Pagamentos, a vantagem que esse tipo de investimento traz é que ele representa a entrada de um grande volume de capital, sendo este um capital de longo prazo, ao contrário do investimento de portfólio, que é predominantemente de curto prazo.

Finalmente, a entrada de empresas estrangeiras no país pode levar a uma melhora na composição das exportações do país, aumentando o conteúdo tecnológico dos produtos exportados. Segundo Hiratuka (2001), as empresas transnacionais (ETs) tiveram um papel muito importante no desempenho exportador dos setores intensivos em tecnologia. Além disso, estariam aumentando o dinamismo e a competitividade das exportações brasileiras de manufaturados².

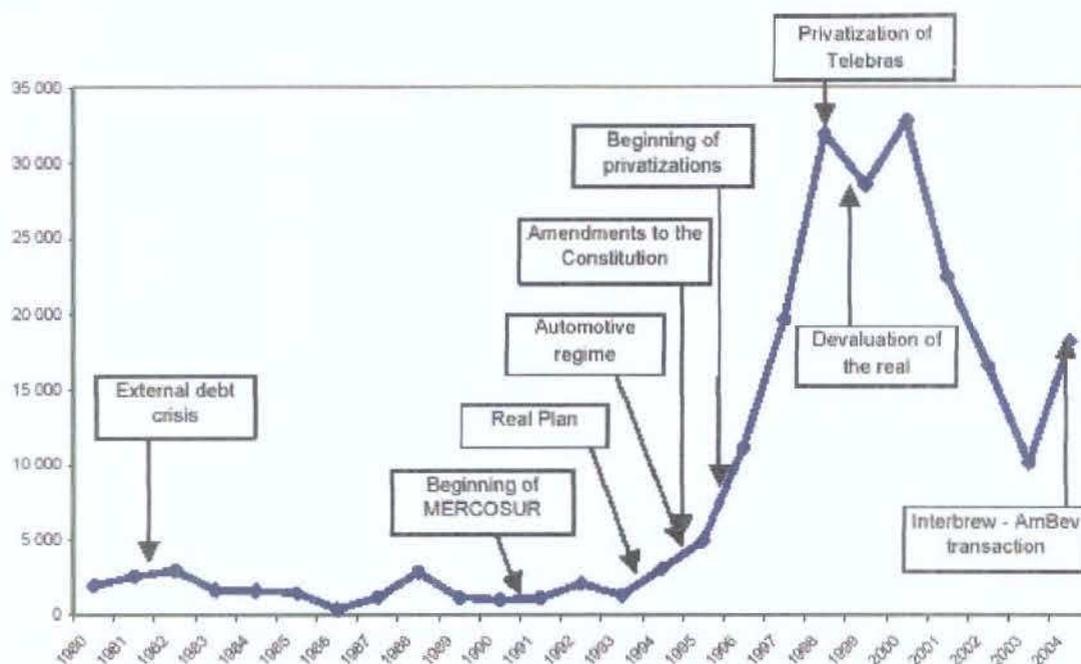
Mas o IDE pode trazer também algumas desvantagens ao país receptor.

Uma delas está relacionada ao caráter cíclico desses fluxos, pois eles podem aumentar muito em um determinado ano e sofrer uma queda no ano seguinte. No Brasil, por exemplo, houve queda nesses fluxos no ano de 2001, após um ciclo de crescimento acelerado, devido principalmente ao fim do processo de privatização, à maturação dos investimentos realizados anteriormente e à falta de incentivo provocada pelo baixo crescimento da economia³, conforme se observa no gráfico 1. Contudo, é importante notar que essa tendência observada no Brasil acompanhou a tendência mundial, já que os fluxos mundiais de IDE também sofreram uma queda nesse período. De qualquer forma, nem sempre o déficit em transações correntes poderá ser financiado pela entrada desse tipo de investimento.

² Hiratuka, 2001, p. 119.

³ Gonçalves et al., 1998.

Gráfico 1. Brasil: Fluxos de IDE: 1980-2004 (milhões de dólares)



Fonte: CEPAL, na base de informações do Banco Central do Brasil (www.bacen.gov.br)

Além disso, a contrapartida da entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos é a saída de capital na forma de lucros, dividendos e royalties. Existe também o chamado “preço de transferência via comércio intrafirma”, que corresponde à transferência de recursos ao exterior através do subfaturamento das exportações e do superfaturamento das importações no comércio entre a filial e a matriz. Na América Latina, por exemplo, a partir de 1996, os fluxos de financiamento começaram a incidir negativamente no Balanço de Pagamentos, mas a transferência líquida de recursos se manteve positiva até 1998, devido ao dinamismo do IDE. Mas, desde o retrocesso dos fluxos de IDE a partir de 2002, não foi mais possível compensar a transferência de fluxos financeiros ao exterior⁴.

Uma outra desvantagem é que, sendo o IDE realizado, em grande parte, nos setores estratégicos da economia, parte do poder de decisão do país é transferida para o exterior. Isso leva a uma maior vulnerabilidade externa do país. Segundo Gonçalves et al (1998, p. 216), “a presença de ETs significa a transferência de tomada de decisão para agentes econômicos localizados no exterior e, portanto, maior vulnerabilidade externa do país receptor na esfera real-produtiva”. Assim, as decisões referentes a volume de investimentos e comércio exterior, por exemplo, são, em parte, determinadas por interesses de empresas estrangeiras.

⁴ CEPAL, 2003, p. 27.

Por último, as filiais de empresas estrangeiras que se instalam no país, de uma forma geral, não são muito voltadas para o mercado externo, ou seja, não exportam muito. Esse aspecto pode variar de acordo com o setor de destino do IDE, mas, no caso brasileiro, a maior parte das filiais de empresas estrangeiras cujas vendas estão voltadas para o mercado externo exportam predominantemente para os países do Mercosul. Ao mesmo tempo, as importações são significativas, já que elas compram bens intermediários de suas matrizes no exterior. Esse fator, juntamente com a remessa de lucros e dividendos ao exterior, aumenta o déficit em transações correntes que, devido à volatilidade dos fluxos de IDE, nem sempre poderá ser financiado pela entrada desses investimentos.

É importante destacar que o impacto dessas vantagens e desvantagens em cada país e em cada momento depende de vários outros fatores, como por exemplo, se o investimento é realizado em novas instalações (greenfield) ou se é destinado a fusões e aquisições, bem como qual é o setor ao qual o investimento se dirigiu (se é um setor estratégico da economia ou não). Além disso, é importante considerar qual é a estratégia da empresa transnacional, ou seja, se ela é, por exemplo, “market seeking”, “resource seeking” ou “efficiency seeking” (as estratégias das empresas transnacionais serão discutidas da seção 1.2). Por isso, os países não devem realizar políticas que busquem atrair qualquer tipo de IDE, mas sim aquelas que atraiam os tipos que são estratégicos para a economia, analisando seus benefícios e custos. Ou seja, as políticas precisam se preocupar mais com a qualidade do que com a quantidade.

A literatura recente sobre o tema afirma com frequência que os resultados da entrada de IDE nos países em desenvolvimento têm sido negativos ou neutros.

Laplane e Sarti (1997, 2002), por exemplo, discutem o impacto do IDE na economia brasileira na década de 90 e início dessa década e mostram que, apesar das vantagens que esses investimentos trouxeram, não foram decisivos para o crescimento da economia brasileira, já que o crescimento da formação bruta de capital fixo não acompanhou o crescimento do IDE. Segundo os autores, “os atuais investimentos das empresas estrangeiras revelam baixa capacidade de reação à expansão da renda e baixo poder de indução” (Laplane e Sarti, 1997, p. 176).

Além disso, eles mostram que, apesar de o IDE ter contribuído para a captação externa de recursos, não contribuiu para melhorar o saldo da balança comercial, já que as importações cresciam em proporção maior que o PIB e que as exportações. Apesar disso, os déficits em transações correntes passaram a ser financiados pela entrada de IDE e pelos empréstimos de longo prazo.

Os autores mostram também que ocorreu no Brasil, no período recente, um processo de desnacionalização patrimonial e produtiva, já que grande parte dos produtos intermediários é importada. “No caso brasileiro, a internacionalização teve como alvo o mercado interno, tanto

através da maior presença das empresas estrangeiras como do aumento do conteúdo importado da produção” (Laplane e Sarti, 2002, p. 90).

Houve, segundo os autores, aumento da eficiência e da competitividade das empresas transnacionais no plano microeconômico, porém no plano macroeconômico os resultados foram insatisfatórios. Isso se deveu ao fato de que elas importam grande parte de seus insumos e equipamentos, o que provocou um aumento do déficit comercial.

Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998) concordam que o IDE não teve uma grande contribuição para a formação bruta de capital fixo. Segundo eles, “a percepção geral é a de que a transferência de know-how é o principal benefício das ETs, pois o IDE tende, geralmente, a representar uma fração diminuta da formação bruta de capital fixo” (Gonçalves et al., 1998, p. 215).

Por outro lado, acreditam que o IDE trouxe algumas vantagens, como o afrouxamento da restrição do Balanço de Pagamentos, a transferência de tecnologia e know-how e o conseqüente aumento da produtividade. Além disso, esses investimentos podem melhorar a estrutura das exportações, aumentando o conteúdo tecnológico dos produtos exportados. Ao mesmo tempo, o IDE teria custos, como a remessa de lucros e dividendos ao exterior. Além disso, as empresas transnacionais costumam transferir tecnologias intensivas no fator capital, mesmo em países onde o fator trabalho é abundante, o que causa ineficiências no país receptor do IDE.

De acordo com a UNCTAD (2005), na década de 90, a maioria dos países latino-americanos deu grande importância às políticas de atração de IDE, sobretudo através dos processos de abertura comercial e financeira. Contudo, essas políticas mostram que eles tinham como objetivo principal a entrada de IDE, sem se preocuparem em selecionar esses investimentos de acordo com as prioridades nacionais.

A UNCTAD, em comparação com os autores referidos acima, tem uma visão mais otimista sobre o impacto do IDE nas economias. Segundo ela, o IDE, como porcentagem da formação bruta de capital fixo, aumentou de 13% em 2003 para 15,5% em 2004 na América Latina⁵. Apesar disso, ela afirma que os países deveriam pensar em adotar uma política de seleção desses investimentos, de acordo com as prioridades nacionais.

Outra característica importante do IDE apontada no texto é que, recentemente, as empresas transnacionais têm implantado, fora dos países desenvolvidos, atividades de P&D que vão além da simples adaptação às exigências dos mercados locais. “Isso abre caminho não só para a transferência de tecnologia criada em outro país, como também para o próprio processo de criação de tecnologia”. (UNCTAD, 2005, Overview, p. 39). Isso permite que o país receptor possa reforçar sua capacidade tecnológica e inovadora. A capacidade de inovação de um país está diretamente relacionada com a entrada de P&D das empresas transnacionais e com a capacidade que o país tem

⁵ UNCTAD, 2005a, p. 62.

de se beneficiar dessas atividades. No Brasil, segundo a UNCTAD (2005), cerca de 48% das atividades de P&D são realizadas por filiais de empresas estrangeiras⁶.

De acordo com os relatórios da CEPAL (2001, 2002, 2003, 2004), existe atualmente uma maior concorrência por menores fluxos de IDE. Por isso, os países precisam ter mais e melhores opções de políticas relacionadas a esse tipo de investimento. Uma política importante nesse sentido seria a seletividade (“*targeting*”). As estratégias adotadas anteriormente na América Latina para atrair IDE (abertura comercial e financeira, privatizações, etc.) não seriam mais úteis, segundo a CEPAL. Devem ser adotadas políticas que atraiam IDE para os setores estratégicos da economia. Ou seja, a política de atração de IDE deveria se preocupar mais com a qualidade do que com a quantidade, buscando atrair investimentos que sejam mais adequados para a estratégia nacional de desenvolvimento.

Por fim, a CEPAL discute o impacto recente da entrada de IDE na América Latina, afirmando que esses fluxos não têm trazido os benefícios que eram esperados. Não foi diferente no Brasil, onde os efeitos em termos de crescimento e desenvolvimento têm sido consideráveis, mas inferiores ao que se esperava. O IDE não foi eficiente na criação de empregos e no aumento das exportações. As empresas transnacionais empregam relativamente poucas pessoas, levando-se em conta sua presença na economia.

Dupas (1999) discute os impactos do IDE sobre o nível de emprego da economia. Para o autor, a tendência é que sejam gerados menos empregos diretos e formais com o aumento desse tipo de investimento, devido ao aumento da automação e da informatização nos sistemas de gestão e de produção. Além disso, a entrada de filiais de empresas estrangeiras, ao provocar a quebra de empresas nacionais menos competitivas, leva à destruição de postos de trabalho.

Sabbatini (2003) argumenta que o IDE teve impacto negativo na Balança Comercial brasileira, já que a participação das filiais de empresas estrangeiras nas exportações brasileiras cresceu muito menos do que sua participação nas importações, mesmo depois da desvalorização cambial de 1999.

Hiratuka (2003) discute a participação das filiais de empresas estrangeiras nas atividades de P&D realizadas no Brasil. Para o autor, as evidências indicam que essas empresas têm participação menor nos gastos em P&D totais do país do que nas vendas totais ou nas exportações totais, já que elas possuem “links tecnológicos” mais fortes no exterior⁷.

Sarti e Sabbatini (2003) argumentam que as empresas transnacionais integram o Brasil nas redes de comércio mundiais, mas isso ocorre de forma assimétrica, pois o país tem déficit comercial nos setores de alta e média intensidade tecnológica e superávit naqueles de baixa intensidade

⁶ UNCTAD, 2005a, Overview, p. 46.

⁷ Hiratuka, 2003, p. 4.

tecnológica. As filiais de empresas estrangeiras foram responsáveis, em 2000, por quase dois terços das importações de bens de média e alta intensidade tecnológica⁸.

Franco (2005) defende a idéia de que o IDE representa um “ativo estratégico” para a economia, e não um “passivo externo”, como argumentam outros autores. Para ele, não se deve confundir a internalização da produção com vulnerabilidade externa, já que a maior parte dos recursos obtidos com a venda de empresas nacionais é reinvestida em novas empresas ou em ações de empresas existentes.

Para De Negri e Laplane (2003), as filiais de empresas estrangeiras têm maior propensão a se integrar ao comércio internacional do que as empresas nacionais, não só devido às suas ligações com as redes mundiais, mas também devido a diferenças relacionadas à produtividade, à tecnologia e ao tamanho dessas empresas, além de sua inserção setorial diferenciada (atuam em setores mais propensos a importar e a exportar).

Laplane e Sarti (1999) argumentam que o IDE tem contribuído para ampliar a capacidade produtiva e para aumentar a eficiência das empresas do país, mas que não há indícios de que contribuíram para alterar a condição do Brasil de exportador de commodities primárias. As empresas que atuam em setores de média e alta intensidade tecnológica apresentam saldo comercial negativo.

Laplane, Gonçalves e Araújo (2004) argumentam que o impacto da entrada de empresas transnacionais no Brasil sobre as empresas nacionais depende da resposta das últimas à entrada das primeiras e também da estratégia adotada pelas filiais. Esses impactos podem ocorrer através do comércio ou de transbordamentos (*spillovers*).

Como pode ser observado, há muita divergência entre as visões dos diferentes autores sobre os impactos na economia da entrada de IDE. Portanto, podemos concluir que não há um consenso sobre essa questão, já que o IDE tem tanto aspectos favoráveis quanto desfavoráveis para o país receptor. Na próxima seção, serão discutidos os principais fatores de atração desses investimentos, bem como se estes fatores estão presentes ou não no Brasil.

1.2 - Fatores de atração do IDE

Para analisar o comportamento dos fluxos de IDE para o Brasil ao longo do tempo, é preciso considerar quais são os principais fatores de atração desse tipo de investimento e se eles se encontram presentes na economia brasileira.

⁸ Sarti e Sabbatini, 2003, p. 4.

Diversos fatores afetam a entrada desses fluxos em um determinado país. A maior ou menor influência de cada um deles depende dos objetivos da empresa transnacional que realizará o investimento. Nesse sentido, é importante identificar os diferentes objetivos desses investidores.

As empresas transnacionais podem investir em um país buscando explorar os recursos naturais (“resource seeking”), explorar o mercado local (“market seeking”), obter ganhos de eficiência (“efficiency seeking”) ou alcançar o fortalecimento estratégico da rede mundial⁹.

De acordo com Dunning (apud Laplane e Sarti, 1997, p. 157), essas empresas são atraídas para o país por vantagens de localização, vantagens de propriedade ou vantagens de internalização.

As vantagens de propriedade são uma condição necessária, mas não suficiente, para a entrada das empresas estrangeiras no país. Elas estão relacionadas ao controle, por parte da empresa, de tecnologias de novos processos ou de novos produtos, que coloquem a empresa transnacional em posição mais vantajosa em relação aos produtores locais.

As vantagens de localização, por sua vez, estão relacionadas a fatores que tornem vantajoso o investimento no país, como, por exemplo, políticas públicas adequadas, proximidade dos clientes, mão-de-obra barata, disponibilidade de recursos naturais e proximidade dos fatores de produção.

Por fim, as vantagens de internalização se referem à possível utilização, por parte da filial instalada no país, das vantagens de propriedade que possui. Muitas vezes, é mais vantajoso para a empresa internacional permitir que produtores locais utilizem sua tecnologia do que instalar uma filial no país.

Para que o IDE ocorra, os três tipos de vantagens precisam estar presentes. Satisfeita essa condição, essas empresas estrangeiras são atraídas para o país com algum dos objetivos mencionados acima.

Aquelas que têm como objetivo a exploração de recursos naturais são atraídas para as atividades intensivas em recursos naturais, buscando, portanto, vantagens de localização. Atuam nos setores de insumos industriais, mineração e na produção de commodities agroalimentares, entre outros.

As empresas que têm como objetivo a exploração do mercado local são atraídas em grande parte para a indústria de transformação e também buscam vantagens de localização. Elas atuam, geralmente, nos setores de bens de consumo e de bens intermediários. Elas podem investir no país não só em busca do mercado interno como também do mercado regional.

As empresas transnacionais com estratégia “efficiency seeking” são atraídas principalmente por vantagens de propriedade. Essas empresas buscam obter ganhos de eficiência por meio da especialização, da racionalização, das inovações organizacionais e nas formas de gestão, da desverticalização, do outsourcing e do aumento das importações.

⁹ Laplane e Sarti, 1997, p. 158.

Por fim, aquelas que buscam o fortalecimento estratégico da rede mundial são as empresas que seguem uma estratégia de globalização ou regionalização de suas atividades. Atuam, na sua grande maioria, no setor automobilístico. Para essas empresas, é também muito importante o crescimento do mercado interno e do mercado externo (regional).

Outros motivos para uma empresa estrangeira investir no país são apontados por Stephen Hymer (apud Gonçalves et al., 1998). Segundo ele, essas empresas podem ser atraídas por vantagens específicas (vantagens que as empresas nacionais não têm), investimento defensivo (para antecipar-se à competição) ou diversificação geográfica do risco (para reduzir riscos por meio da diversificação)¹⁰.

Além disso, de acordo com Gonçalves et al (1998), para que o IDE ocorra, é preciso que a empresa estrangeira possua alguma vantagem específica à propriedade que as empresas nacionais não possuam, pois se houver custos de entrada e de saída em um mercado externo, a filial de empresa estrangeira precisa ter lucros anormais para compensar esses custos.

Também são importantes na determinação do volume dos fluxos de IDE as restrições ao comércio internacional, que estimulam o movimento internacional de fatores de produção (ou seja, o IDE), já que a existência de barreiras comerciais incentiva as empresas transnacionais a investirem diretamente no país, em vez de exportarem seus produtos para ele. De acordo com os autores, as decisões de investir em outro país dependem, portanto, de alguns fatores que são específicos de cada país:

Entretanto, as relações de complementaridade e substitubilidade entre o comércio e o investimento internacional nem sempre são evidentes. No mundo real, há a interação de um conjunto de variáveis complexas de dimensão econômica, política, social, cultural, geográfica e histórica (Gonçalves et al., 1998, p. 214).

Ou seja, dependem de fatores relacionados às vantagens de localização.

Depois de discutidos os principais fatores de atração do IDE, é preciso identificar aqueles que estão presentes e aqueles que estão ausentes no caso brasileiro.

No Brasil, são muito importantes as vantagens de localização, relacionadas à abundância de recursos naturais, além de um mercado interno que se apresentava em expansão no período pós-Plano Real. O crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica foram fatores essenciais para atrair IDE para o país na década de 90. Contudo, no período pós-2001, enquanto a estabilidade continua sendo um fator relativamente presente, a retração da atividade econômica no Brasil representou uma redução no incentivo à entrada de novos fluxos de IDE no país. Além disso, a criação do Mercosul em 1991, ao promover uma maior integração comercial e uma maior complementação das estruturas produtivas dos países-membro (Brasil, Argentina, Paraguai e

¹⁰ Gonçalves et al, 1998, p. 204, 205.

Uruguai), colaborou para intensificar essa vantagem, já que o mercado se ampliou para essa região. Nesse sentido, muitos investimentos diretos estrangeiros se dirigiram ao Brasil buscando essas vantagens, como será discutido no capítulo 2.

Observam-se diferenças em cada setor, porém, de uma forma geral, o Brasil atraiu, na década de 90, principalmente IDE “market seeking” e, em segundo lugar, “resource seeking”. O IDE “market seeking” se dirigiu principalmente para os setores químico, material eletrônico e de comunicações, material elétrico e de informática, automotivo, borracha, metalurgia, fumo e alimentos e bebidas, enquanto o IDE “resource seeking” se dirigiu principalmente para os setores de extração de minerais metálicos, papel e celulose e fabricação de móveis.

Com relação às vantagens de propriedade, existe um incentivo para que as empresas estrangeiras invistam no Brasil, já que elas possuem vantagens em relação às empresas brasileiras. Essas vantagens estão relacionadas a métodos e processos que permitem uma maior eficiência na produção. É preciso haver, no Brasil, um maior incentivo à entrada de empresas transnacionais com estratégia “efficiency seeking”, ou seja, empresas que buscam ganhos em termos de eficiência, já que elas trariam maiores benefícios para o país em termos de transferência de tecnologia e know-how e de criação de encadeamentos tecnológicos.

Quanto às vantagens de internalização, estas não se mostram muito presentes na economia brasileira, já que, muitas vezes, as empresas estrangeiras que investem no Brasil não internalizam suas vantagens de propriedade.

Fatores como abertura comercial e financeira, estabilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros, marco institucional, seguridade jurídica, desregulação, etc., também podem ser fundamentais na decisão de uma empresa internacional entre diversos países para realizar seus investimentos. A liberalização e a abertura comercial da década de 90 foram, portanto, fatores de atração do IDE para o Brasil, bem como para a América Latina como um todo. Nesse aspecto, é importante também citar as emendas constitucionais que acabaram com o monopólio público em telecomunicações (EC nº 8, de 15/08/95) e em petróleo e gás (EC nº 9, de 09/11/95)¹¹. Essas medidas abriram novas oportunidades para os investidores estrangeiros, possibilitando um amplo processo de privatizações de empresas públicas a partir de 1996. Outro fator fundamental para atrair IDE para o Brasil na década de 90 foi o estabelecimento do regime automotivo em 1995¹².

Além disso, contribuíram para atrair IDE para o Brasil na década de 90 o processo de privatizações e a ampliação da infra-estrutura, principalmente no setor de telecomunicações. Mas esses são incentivos que tendem a se esgotar, fazendo com que os fluxos de IDE retornem ao seu

¹¹ CEPAL, 2004, p. 74.

¹² Com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros, foi reduzido de 18% para 2% o imposto de importação de máquinas e equipamentos para as montadoras e fornecedoras. Além disso, foi estipulada uma cota máxima para a importação de veículos.

nível anterior. Portanto, não têm a mesma importância que os fatores estruturais da economia. Contudo, o Brasil possui deficiências na sua capacidade de gerar inovações e fragilidade dos seus mecanismos de financiamento de longo prazo, o que reduz suas vantagens como destino dos investimentos diretos estrangeiros.

Existem outros fatores que representam incentivos para o IDE. Esses incentivos são, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra adequada, o potencial exportador, a disponibilidade e custo dos insumos, o acesso a financiamento e o custo e disponibilidade de energia¹³. Para que seja adotada uma política de implementação desses incentivos no país, é preciso fazer uma análise comparativa de seus custos e seus retornos em termos de investimentos, bem como se são realmente necessários para atrair o tipo de investimento que está sendo buscado no país. Segundo a CEPAL (2004, p. 110), “é necessário identificar os investimentos para os quais o Brasil poderia ser candidato competitivo (se se tomam medidas plausíveis) e cujos benefícios prováveis justifiquem essas medidas”.

Para Laplane et al. (2001), os principais fatores de atração do IDE para o Brasil na década de 90 foram as dimensões e o dinamismo do mercado local. Os autores colocam a questão do motivo pelo qual o mercado interno atraiu IDE, quando poderia ter atraído apenas importações. No caso do setor de serviços a resposta é óbvia: em se tratando de um setor de produtos não-comercializáveis, a única maneira de se entrar no mercado interno é através do investimento direto. Quanto às atividades *tradables*, a decisão de investir no país fica condicionada à existência de vantagens de localização. Em alguns setores, essa vantagem esteve relacionada à proximidade do mercado, como é o caso dos setores químico, alimentos e bebidas e minerais não-metálicos. A existência de custos irrecuperáveis (*sunk costs*), ou seja, a existência de instalações produtivas no país, resultado de IDE realizado no passado, esteve presente nos setores químico, alimentos e bebidas e automobilístico. Nos setores de autopeças, alimentos e bebidas, minerais não-metálicos e química estiveram presentes também vantagens relacionadas à oferta local de ativos estratégicos (instalações produtivas, marcas, redes de distribuição e fornecedores, etc.). Por fim, em diversos setores o incentivo veio por meio de políticas de atração ao IDE, principalmente no setor automobilístico e de informática (por exemplo, regulação do capital estrangeiro e incentivos ao IDE)¹⁴. A importância dos diferentes fatores de atração nos principais setores da economia está resumida na tabela a seguir:

¹³ CEPAL, 2004, p. 109.

¹⁴ Laplane et al., 2001.

Tabela 1. Fatores de atração do IDE nos principais setores da indústria

<i>Setor</i>	<i>Proximidade ao mercado</i>	<i>Estoque de IDE</i>	<i>Oferta local de ativos</i>	<i>Incentivos</i>
Automotivo.....	+	+	+	+
Químico.....	+	+	+	-
Alimentos e Bebidas.....	+	+	+	-
Mat. Elétrico e de comunicações.....	-	-	-	+
Minerais não metálicos.....	+	-	+	-
Máq. de escritório e informática.....	-	-	-	+

Fonte: Laplane et al. (2001)

Por outro lado, existe o problema do “custo Brasil”, que pode tornar o país menos atrativo aos investidores estrangeiros em comparação com outras opções de destino para seus investimentos. A CEPAL (2004) classifica esses custos em duas categorias: a) fatores que afetam diretamente os custos da atividade e b) custos relacionados aos riscos e à incerteza.

O primeiro aspecto do “custo Brasil” está relacionado ao problema dos custos em que essas empresas incorrem ao investir no Brasil, comparado aos custos que teriam ao investir em outro país. Esse custo se refere, principalmente, à alta carga tributária e à precariedade da infra-estrutura. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é um dos países com maior porcentagem de empresas que classificam o sistema tributário como um grave obstáculo para seus negócios¹⁵. Além disso, problemas relacionados à infra-estrutura de transportes, portos, energia elétrica, etc., prejudicam a competitividade do Brasil frente aos investidores estrangeiros.

Existe também o risco representado pela incerteza macroeconômica: “risco país”, que, no caso brasileiro, tem apresentado uma tendência descendente no período recente¹⁶. Quanto aos riscos e incertezas na solução de conflitos, o que se observa é que falta no Brasil um sistema jurídico e institucional mais favorável ao IDE, o que representa um incentivo a menos para uma expansão ainda maior dos mesmos. Isso significa que a falta de clareza na definição das normas setoriais e na legislação, a falta de um marco regulatório adequado e estável, além da incerteza relativa aos contratos de concessão vigentes, representam um desincentivo à entrada de empresas estrangeiras no país¹⁷.

¹⁵ CEPAL, 2004, p. 107.

¹⁶ Ibidem, p. 108.

¹⁷ Ibidem, p. 20.

Nesse aspecto, observou-se algum avanço no Brasil na década de 90, graças a algumas mudanças institucionais e jurídicas que criaram condições para o surgimento de oportunidades de investimentos no país. Alguns exemplos dessas mudanças foram a implementação de medidas de regulação e os avanços na questão da proteção da propriedade intelectual. Além disso, foram criados organismos de regulação setoriais¹⁸.

O “custo Brasil” não representa um grande obstáculo para as empresas estrangeiras com estratégia “market seeking”, mas é um grande problema para atrair empresas “efficiency seeking”, já que essas empresas podem recorrer a outras opções de investimento. No Brasil, esses fatores representam uma deficiência e, portanto, precisam receber uma maior atenção das políticas que buscam atrair IDE “efficiency seeking” para o país.

A nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior procura, entre outras coisas, identificar as deficiências do país com relação aos fatores de atração de IDE e elaborar políticas para aumentar as vantagens para os investidores estrangeiros em se dirigir ao Brasil. Todos os fatores apontados anteriormente, mesmo que estejam presentes na economia brasileira, são fatores que visam à atração de IDE de uma forma geral. Contudo, essa nova política visa à atração do IDE em setores estratégicos da economia. As taxas de câmbio e de juros são fatores que afetam o nível de IDE, portanto deverão ser tratados por essa política. Além disso, deverá receber atenção o fato de que o Brasil tem uma baixa capacidade de inovação, o que também é um obstáculo para um aumento dos fluxos de IDE.

Outra característica que também pode contribuir para atrair IDE para o país é a existência de um organismo de promoção de investimentos. No Brasil, foi criado em 2001 o “Investe Brasil”, mas o mesmo foi fechado em 2004, dando lugar à Comissão de Incentivos aos Investimentos Produtivos Privados no Brasil, ou “Sala de Investimento”. Em dezembro do mesmo ano, foi criada a Unidade de Investimentos da Agência de Promoção de Exportações (APEX), que tinha o objetivo de trabalhar juntamente com a Comissão, mas com uma maior participação do setor privado. Esses organismos têm como meta aumentar a entrada de IDE no Brasil, eliminando barreiras aos investimentos e incentivando-os a se dirigirem aos setores estratégicos da economia.

¹⁸ CEPAL, 2004, p. 74.

CAPÍTULO 2

Evolução e características do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil no período recente

Este capítulo tem como objetivo discutir a evolução dos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) para o Brasil ao longo do tempo e, principalmente, no período mais recente, além de discutir as principais características desses fluxos.

A primeira seção discute a evolução dos fluxos de IDE para o Brasil, analisando os fatores que levaram à redução no volume desses fluxos a partir de 2001. A segunda seção discute as principais características desses investimentos, como por exemplo, seus objetivos, os principais setores de atuação, seu tipo de inserção no comércio internacional e sua integração na rede mundial das matrizes.

2.1 - Evolução dos fluxos de IDE no Brasil

Antes de 2001

O Brasil tem sido, ao longo da história, um dos principais receptores de IDE entre os países em desenvolvimento. Ele está entre os 10 maiores receptores de IDE dos principais países investidores (EUA, Japão e Alemanha)¹⁹. O IDE já estava presente no Brasil durante o Plano de Metas (1955-1960) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (1964). Tornou-se mais importante na economia brasileira a partir da década de 70, quando se dirigiu ao setor manufatureiro, na fase de substituição de importações. Com a crise do petróleo no final dessa década, contudo, ocorre uma fuga expressiva de capitais, não só relativos a investimentos de portfólio, mas também a investimentos diretos, motivo pelo qual ocorre uma redução nos fluxos de IDE no Brasil nesse período²⁰.

Na década de 80, esses fluxos praticamente se interrompem, devido à crise da dívida externa que afetou não só o Brasil, mas a América Latina como um todo. Essa crise não só desincentivou a entrada de novos fluxos de IDE como também reduziu os investimentos realizados pelas empresas transnacionais (ETs) já instaladas no Brasil. Aquelas que continuaram investindo, o fizeram com seus lucros financeiros²¹.

¹⁹ Gonçalves et al., 1998.

²⁰ Alves e Velasco, 2001.

²¹ Gonçalves et al., 1998.

Contudo, na década de 90, os fluxos de IDE para a economia brasileira voltaram a crescer, principalmente a partir da segunda metade da década. Os principais motivos para a retomada desses investimentos foram:

- A abertura comercial e financeira;
- A integração com outros países da América do Sul no Mercosul;
- A estabilidade dos preços propiciada pelo Plano Real, que levou a um maior dinamismo do mercado interno;
- A criação do regime automotivo;
- O fim do monopólio estatal nos setores de telecomunicações e petróleo e gás, o que deu início ao processo de privatizações nesses setores;
- Políticas de incentivo, como a edição de leis, em 1994 e 1995, que permitiam isenções de impostos como ICMS e IPI, doações de terrenos e financiamento estatal para a implementação de projetos. Além disso, no processo de privatizações, o BNDES financiou parte das aquisições dos leilões das companhias de energia e telecomunicações. Por fim, o Estado tem financiado investimentos em infra-estrutura necessária para esses investimentos (rodovias, ferrovias, portos, etc.)²².

Outros incentivos fornecidos pelo governo para o IDE na década de 90 foram a Lei de Informática (lei para fabricação de equipamentos de informática) e o Regime Automotivo, além de alguns programas de fomento ao desenvolvimento regional (como a Zona Franca de Manaus)²³. Além disso, ao longo da década de 90, foram tomadas medidas que fizeram com que as ETs passassem a ter o mesmo tratamento dado às empresas nacionais (ENs). Por exemplo, os ganhos de capital passaram a ser isentos de qualquer imposto (apesar de os lucros e dividendos serem taxados)²⁴.

Período pós-2001

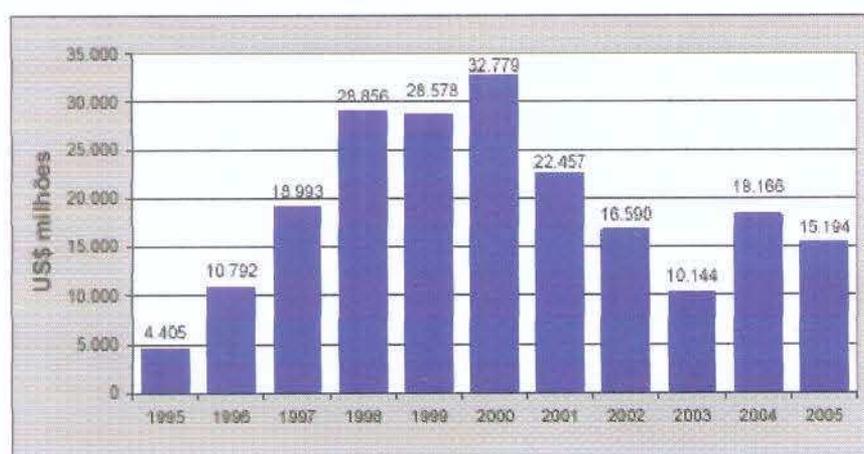
O boom dos fluxos de IDE para o Brasil, que se inicia em 1996, acaba em 1999-2000. Em 2000, esses fluxos atingem US\$ 32,8 bilhões. A partir de 2001, começam a se reduzir, como pode ser observado no gráfico 2.

²² Alves e Velasco, 2001, p. 29.

²³ Laplane et al., 2001, p. 161.

²⁴ Bonelli, 1998, p. 12.

Gráfico 2. Fluxo anual de IDE para o Brasil: 1995-2005 (milhões de dólares)



Fonte: MDIC, a partir de dados do Bacen.

Os principais motivos para a redução dos fluxos de IDE para o Brasil a partir de 2001 foram:

- A incerteza quanto à recuperação da economia dos Estados Unidos e as baixas taxas de crescimento na Europa e Japão, o que levou a uma redução dos investimentos realizados pelas empresas desses países. Como esses são os principais países de origem do IDE, houve uma redução nos fluxos mundiais desses investimentos, afetando a maior parte dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil;
- A conclusão das reformas econômicas implementadas na América Latina, as quais atraíram grande parte dos fluxos de IDE na década de 90, dando lugar a um período de consolidação da organização industrial resultante;
- A forte atração exercida pela China sobre o IDE mundial, deslocando os fluxos destinados aos países em desenvolvimento para esse país;
- A crise política e econômica na Argentina e a incerteza criada pela possibilidade de contágio nos países vizinhos;
- O menor ritmo de expansão do setor de telecomunicações, afetando o processo de fusões e aquisições;
- A desconfiança e a incerteza geradas pelo “11 de setembro”, o que repercutiu nas decisões de investimento, ainda que somente no curto prazo;
- A desaceleração da onda de privatizações, em especial no setor de serviços básicos;
- A desvalorização de 99, que fez com que houvesse uma perda patrimonial para os investimentos feitos antes desse ano, do ponto de vista dos investidores estrangeiros, apesar de nada mudar do ponto de vista nacional. De acordo com Franco (2005, p. 08), “as ‘perdas’ cambiais acabaram sendo tratadas como se operacionais fossem, o que teve lá os seus efeitos sobre a decisão de investir no Brasil”.

É importante lembrar que estamos em um período de crescente concorrência por fluxos cada vez menores de IDE. A redução nos fluxos de IDE observada no Brasil não foi um fenômeno isolado. Conforme se observa na tabela 2, esses fluxos se reduziram em todas as regiões, inclusive nos países desenvolvidos.

Tabela 2. Distribuição Regional das entradas líquidas de IDE a nível mundial, 1997-2003 (em bilhões de dólares)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total Mundial	481,9	686,0	1 079,1	1 393,0	823,8	651,2	653,1
Países Desenvolvidos	269,7	472,3	824,6	1 120,5	589,4	460,3	467,0
Europa Ocidental	139,3	263,0	496,2	709,9	400,8	384,4	345,8
União Européia	127,9	249,9	475,5	683,9	389,4	374,4	341,8
América do Norte	114,9	197,2	308,1	380,8	172,8	50,6	97,7
Outros países desenvolvidos	15,5	12,0	20,3	29,9	15,8	25,3	23,5
Países em desenvolvimento	193,2	191,3	229,3	246,1	209,4	162,1	155,7
América Latina e Caribe	73,3	82,0	108,3	95,4	83,7	56,0	42,3
África	10,7	8,9	12,2	8,5	18,8	11,0	14,4
Ásia e Pacífico	109,1	100,0	108,5	142,1	106,8	95,0	99,0
Europa Central e Oriental	19,0	22,5	25,1	26,4	25,0	28,7	30,3

Fonte: CEPAL.

Na América Latina os fluxos de IDE começam a cair a partir de 2000, acompanhando a tendência mundial. Em 2001, o IDE para a América Latina sofre uma queda de 10%, enquanto os fluxos mundiais se reduziram em 50%. Já no ano de 2002, esses fluxos se reduziram em 33% na América Latina e 27% a nível mundial. Em 2003, a redução na América Latina foi de 19%, enquanto os fluxos mundiais de IDE permaneceram praticamente constantes. Em 2004, os fluxos de IDE aumentaram pela primeira vez na América Latina, após quatro anos consecutivos de queda, em 44%, enquanto os fluxos mundiais aumentaram 14%. Finalmente, em 2005, o aumento na América Latina foi de 5% e a nível mundial foi de 29%²⁵.

Quanto ao Brasil, os fluxos de IDE sofreram uma queda de 31% em 2001, 28% em 2002 e 39% em 2003, acompanhando a tendência mundial. Em 2004, após três anos de queda, os fluxos de IDE para o Brasil aumentaram em 79%. Em 2005, sofreram nova queda de 16%²⁶. É importante notar que a taxa de aumento desses fluxos em 2004, apesar de alta, apenas reflete os baixos níveis em que esses fluxos se encontravam nos anos anteriores, conforme se observa na tabela 3.

²⁵ CEPAL, 2001, 2002, 2003, 2004.

²⁶ Ibidem.

Tabela 3. Brasil: entradas líquidas de IDE, 1990-2005 (milhões de dólares)

	1990/1995	1996/2000	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	2.229,30	24.823,60	32.779,24	22.457,40	16.590,20	10.143,50	18.165,60	15.194,00
Brasil - Variação em relação ao ano anterior	-	-	-	-31%	-26%	-39%	79%	-16%

Fonte: CEPAL

O Brasil, que havia sido o principal receptor desses fluxos na América Latina na década de 90 (chegando a ser o 3º destino preferencial dos investidores estrangeiros, perdendo apenas para Estados Unidos e China²⁷), é superado pelo México em 2001, apesar de continuar atraindo um volume considerável de IDE.

Houve também uma queda na participação do Brasil nos fluxos mundiais de IDE, conforme se observa na tabela 4. O país chegou a ter uma participação de 4,2% nos fluxos mundiais de IDE no ano de 1998, mas essa participação caiu nos anos seguintes, chegando a 2,2% em 2000.

Tabela 4. Mundo, países em desenvolvimento e Brasil: Fluxos de IDE recebidos (milhões de dólares)

Países e regiões	1990-1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225321	386140	478082	694457	1088263	1491934	735146
Países em desenvolvimento	74288	152685	191022	187611	225140	237894	204801
Brasil	2000	10792	18993	28856	28578	32779	22457
Brasil/Mundo	0,9	2,8	4	4,2	2,6	2,2	3,1
Brasil/Países em desenvolvimento	2,7	7,1	9,9	15,4	12,7	13,8	11

Fonte: Bacen, CEPAL e UNCTAD.

As crises da Ásia, da Rússia e da Argentina tiveram impactos no volume dos fluxos de IDE para o Brasil. Mas os atentados de 11 de setembro tiveram impactos ainda maiores. No ano de 2002, os fluxos de IDE para a América Latina, e também para o Brasil, se reduziram ainda mais. Além dos motivos já citados, nesse ano foram importantes também a maior instabilidade (nos planos econômico e político), o menor crescimento econômico da região e o aparente fim do processo de privatizações, além da queda nos preços das ações de muitas empresas transnacionais e da redução no financiamento disponível para essas empresas²⁸.

No Brasil, apesar da redução que sofreram, esses fluxos continuaram sendo consideráveis, mesmo com a crise da Argentina e com a incerteza em torno das eleições de 2002 para presidente. E, apesar de os fluxos terem caído 27% em relação a 2001, passando de US\$ 22,6 bilhões para US\$

²⁷ Franco, Gustavo H. B., p. 07.

²⁸ CEPAL, 2002.

16 bilhões, uma parte considerável correspondeu a novos investimentos (*greenfield*), já que as operações de privatizações, fusões e aquisições foram mais escassas²⁹.

Em 2003, esses fluxos continuam diminuindo, tanto para a América Latina como para o Brasil. Desta vez, a redução dos fluxos para a América Latina não é resultado de uma diminuição dos fluxos globais de IDE, já que estes se mantiveram praticamente constantes entre 2002 e 2003. No Brasil, eles sofreram uma queda de 39% em 2003, passando para US\$ 10,14 bilhões³⁰. A situação foi agravada pelo aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Conforme já foi discutido no capítulo anterior, desde 2002, os fluxos de IDE não conseguem mais compensar a transferência de fluxos financeiros para o exterior³¹.

Os principais motivos para a queda acentuada dos fluxos de IDE para o Brasil no ano de 2003 foram:

- A queda no poder aquisitivo em divisas, devido à desvalorização do Real em 2002 e à desaceleração econômica que afetou a demanda, o que reduziu os investimentos diretos estrangeiros em busca de mercado interno;
- A crise por que vinham passando as empresas privatizadas em serviços públicos desde 2001 se agravou em 2003³².

Em 2004, se observa uma recuperação na entrada de fluxos de IDE no Brasil, que passam a US\$ 25,8 bilhões³³. Na verdade, nesse ano houve um aumento no volume de fluxos de IDE para os países em desenvolvimento de uma forma geral, enquanto caía o volume desses fluxos para os países desenvolvidos, apesar de os últimos continuarem tendo uma participação maior nos fluxos mundiais de IDE.

A recuperação dos fluxos de IDE para o Brasil em 2004 ocorreu devido a diversos fatores, entre eles a recuperação econômica da região da América Latina, o crescimento da economia mundial e os preços mais altos das commodities. No setor primário, o incentivo maior veio do aumento das exportações agrícolas da América Latina. No setor manufatureiro, os investimentos foram incentivados pela recuperação econômica da região e pelo crescimento da demanda externa. Apesar dessa recuperação, os fluxos de IDE para a América Latina em 2004 estão abaixo da média da segunda metade da década de 90³⁴.

²⁹ Ibidem, p. 32.

³⁰ CEPAL, 2003, p. 32.

³¹ Ibidem, p. 27.

³² Ibidem, p. 32.

³³ IEDI, 2006, p. 6.

³⁴ UNCTAD, 2005a, Overview.

Contudo, é importante destacar que, em 2004, cerca de 20% dos fluxos de IDE que ingressaram no Brasil (US\$ 25,8 bilhões) correspondeu à operação entre a Ambev e a Interbrew (US\$ 4,98 bilhões)³⁵.

No ano de 2005, os fluxos líquidos de IDE para o Brasil cresceram ainda mais, atingindo US\$ 15,2 bilhões. Por outro lado, a participação do Brasil nos fluxos mundiais de IDE vem caindo: em 1998 essa participação foi de 4,5% e em 2005 foi de 1,7%. Enquanto isso, a participação dos países em desenvolvimento no IDE líquido mundial em 2005 foi de 31,8% (o Brasil representou 5,2% do IDE para os países em desenvolvimento nesse ano). A América Latina como um todo ficou com 26% do IDE mundial em 2005³⁶. O Brasil vem perdendo espaço nesses fluxos porque aumentaram as opções para os investidores estrangeiros com a dissolução do Bloco Soviético e com a inserção produtiva da China na economia internacional (em 2005, 27,2% dos fluxos de IDE para os países em desenvolvimento se dirigiram para a China). O Brasil passou a ser o 7º colocado entre as principais alternativas de destino para o IDE mundial (em 1998, ele ocupava a 2ª posição)³⁷.

O Banco Central do Brasil estima que, no ano de 2006, os fluxos de IDE atingirão US\$ 18 bilhões³⁸. Contudo, existe o risco de que os projetos de investimento no Brasil desacelerem devido à valorização da moeda e às altas taxas de juros. Além disso, as privatizações tendem a ser moderadas, devido à quase finalização desse processo.

2.2 - Características do IDE no Brasil

Para analisar os impactos do IDE na economia, é preciso antes estudar suas características, para que seja possível determinar de que forma esses investimentos influenciam o crescimento e o desenvolvimento econômico do país. É preciso, portanto, analisar quais os objetivos das filiais estrangeiras que investem no Brasil, para quais setores elas se dirigem, quais são as principais atividades que desenvolvem e qual é o tipo de inserção no mercado mundial que elas possuem, entre outras coisas.

Distribuição do IDE entre manufatura e serviços

Observa-se, ao longo da década de 90, algumas mudanças nas características dos investimentos diretos estrangeiros que entram no Brasil. Uma delas está relacionada à questão de que esses investimentos passaram a se dirigir principalmente para o setor de serviços, fazendo com

³⁵ IEDI, 2006, p. 6.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*, p. 24.

³⁸ *Ibidem*, p. 01.

que o setor industrial perdesse participação nesses fluxos, conforme se observa na tabela 5. Até 1995, 55% do estoque de IDE se encontrava na indústria e 43,4% no setor de serviços. A partir de 1996, a maior parte dos fluxos de IDE passa a se dirigir ao setor de serviços (80,3% do fluxo acumulado entre 1996 e 2000). Os setores de serviços que mais atraíram IDE na segunda metade da década de 90 foram os setores de energia elétrica e saneamento básico, telecomunicações, intermediação financeira e serviços prestados a empresas. Na indústria, os setores que mais atraíram IDE nesse período foram: automobilístico, químico, alimentos e bebidas, material elétrico e equipamentos de comunicação, produção de minerais não metálicos e máquinas e equipamentos de escritório e informática³⁹.

Tabela 5. Brasil: Estoque e Fluxos de IDE por setor de atividade (em %)

Setores	Estoque até	Fluxo Acumulado
	1995	1996/2000
Agricultura e I. Extrativa	1,6	1,7
Indústria	55	18
Serviços	43,4	80,3

Fonte: FIRCE e Censo de Capitais Estrangeiros

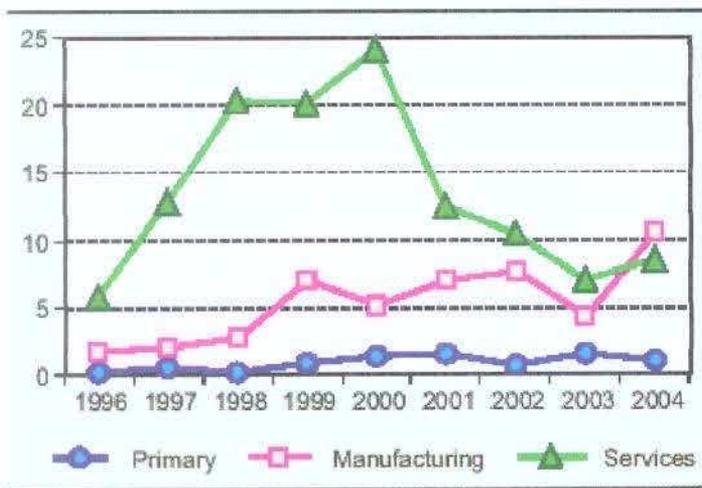
Por outro lado, no período pós-2001, o que se observa é uma inversão nessa tendência. Desde 2001 o setor de serviços, apesar de continuar tendo um maior estoque de IDE do que o setor manufatureiro, vem perdendo espaço para este na entrada de novos fluxos de IDE. Em 2004, o setor de serviços foi ultrapassado pelo setor manufatureiro nos fluxos de IDE para o Brasil, tanto em termos absolutos como relativos, como pode ser visto nos gráficos 3 e 4. A redução na participação do setor de serviços nesses fluxos ocorreu pelos seguintes motivos⁴⁰:

- Desvalorização do Real: as empresas de serviços públicos, endividadas em dólares, passaram a ter custos mais altos para comprar essa moeda para pagar os juros de suas dívidas (É importante destacar que a desvalorização do Real, por outro lado, ao baixar os custos, tende a privilegiar os investidores estrangeiros);
- As dificuldades financeiras das empresas foram agravadas pela crise das matrizes;
- No setor elétrico, a regulação setorial não satisfaz os operadores estrangeiros;
- No setor financeiro, as dificuldades das empresas internacionais para competir com as locais têm desincentivado os investimentos diretos estrangeiros;
- Fim do programa de privatizações.

³⁹ Laplane et al., 2001.

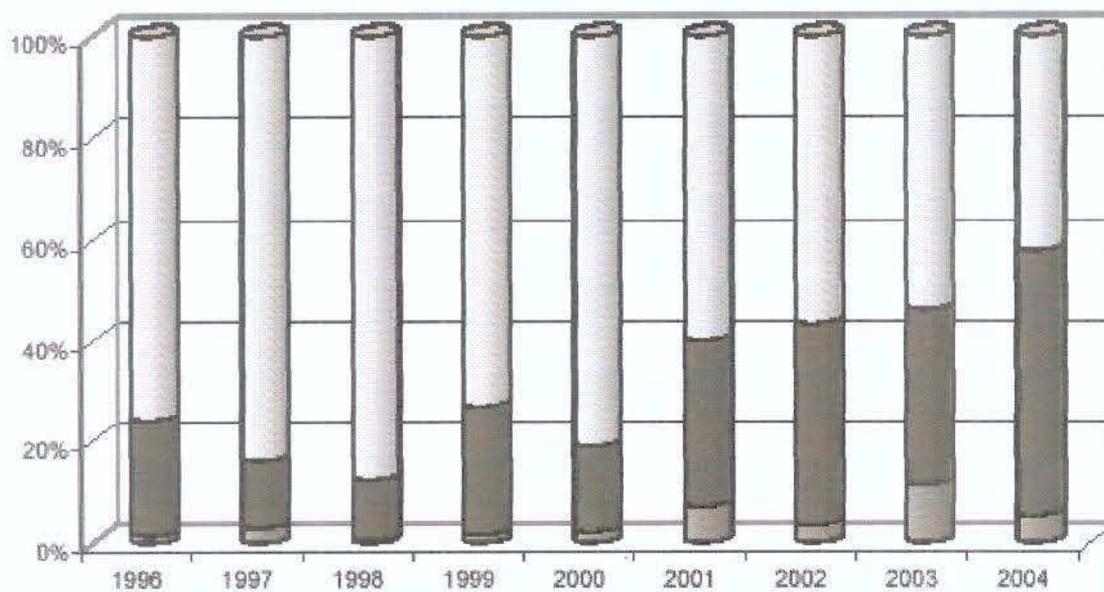
⁴⁰ CEPAL, 2002, p. 33, 34.

Gráfico 3. Fluxos de IDE por setor no Brasil, 1996-2004 (em bilhões de dólares)



Fonte: UNCTAD, baseado em dados do Bacen.

Gráfico 4. Brasil: Fluxos de IDE por setor de atividade, 1996/2004 (%)



■ Agricultura, pecuária e mineração

■ Manufatura

■ Serviços

Fonte: CEPAL, com base nas informações do Bacen.

Atualmente, no Brasil, a maior parte do IDE se destina ao setor manufatureiro, seguido pelo setor de serviços e, por último, pelo setor primário. O incentivo para o setor manufatureiro veio principalmente da recuperação econômica da região e do crescimento da demanda interna. Os setores mais beneficiados recentemente foram o automobilístico, a indústria do aço e o refino de açúcar⁴¹.

A vantagem que essa tendência traz é que ela pode significar uma revitalização das atividades com potencial exportador, podendo ir além das exportações tradicionais brasileiras para alcançar indústrias manufatureiras, como nos setores automobilístico e eletrônico.

De qualquer forma, devido à importância do setor de serviços nos fluxos de IDE no Brasil ao longo do tempo, a dinâmica desses fluxos é fortemente determinada pela dinâmica desse setor, tanto na sua expansão na década de 90 quanto no seu retrocesso recente. Assim, durante o processo de privatizações na década de 90, houve um aumento dos fluxos de IDE para o Brasil. Com o fim desse processo no período recente, esses fluxos sofreram uma queda. Portanto, o fato de uma maior parte do IDE estar se dirigindo ao setor manufatureiro não quer dizer necessariamente que estão aumentando os investimentos nesse setor, mas pode significar simplesmente uma perda do dinamismo do setor de serviços no período pós-2001.

Em 2005, se observou uma redução na participação da indústria de transformação, aumentando a participação dos setores de comércio, correio e telecomunicações. Contudo, grande parte desse fenômeno pode ser explicada pela expansão da rede Wal-Mart no Brasil⁴².

Investimentos em novas instalações X Fusões e Aquisições

Outra mudança verificada ao longo da década de 90 foi a maior participação dos investimentos em fusões e aquisições (A&F) em detrimento dos investimentos em novas instalações (*greenfield*). Na primeira metade da década de 90, a maior parte do IDE se dirigia para a criação de nova capacidade produtiva. Na segunda metade dessa década, apenas uma pequena parte do IDE tem como objetivo a implantação e ampliação de plantas produtivas - a maior parte se dirige à aquisição de empresas já existentes, o que leva a um processo de crescente desnacionalização produtiva no Brasil. Além disso, a contribuição do IDE para a formação bruta de capital fixo se reduz, já que a maior parte dele passa a corresponder a A&F e não a novos investimentos.

De acordo com a UNCTAD (2005b), o aumento dos fluxos mundiais de IDE em 2005 se deveu basicamente às A&F. O número de projetos *greenfield* caiu em termos absolutos nesse ano.

⁴¹ UNCTAD, 2005a.

⁴² IEDI, 2006, p. 10.

O número de A&F aumentou 40%, passando para US\$ 2,9 trilhões. As operações *greenfield* caíram principalmente na América Latina (30%)⁴³.

Além disso, dentro das A&F, têm aumentado as operações envolvendo controle majoritário, o que, por sua vez, aumenta a centralização do capital e a concentração setorial em nível global⁴⁴.

Portanto, na primeira metade da década de 90 predominam os investimentos em expansão da capacidade produtiva no setor industrial, enquanto na segunda metade dessa década predominam as operações de A&F no setor de serviços. Com isso, se tornam menores os efeitos de encadeamentos produtivos e tecnológicos e de geração de renda e emprego no Brasil.

Mais uma vez, no período pós-2001, se verifica uma inversão dessa tendência. Recentemente, tem aumentando a participação dos investimentos em novas instalações em detrimento das A&F. Em 2001, apesar da queda nos fluxos de IDE para o Brasil, uma parte considerável correspondeu a novos investimentos. As operações de privatizações, fusões e aquisições foram escassas⁴⁵. No ano de 2004, por exemplo, segundo a UNCTAD (2005a), o IDE para os países em desenvolvimento esteve relacionado principalmente a investimentos em novas instalações, e não a A&F, como ocorreu nos países desenvolvidos⁴⁶.

Como se pode observar na tabela 6, na primeira metade da década de 90, a maior parte do IDE no Brasil correspondeu a novos investimentos. Na segunda metade da década, a maior parte correspondeu a A&F. Já no ano de 2001, essa tendência se inverte e a proporção das A&F no IDE do país corresponde a apenas 31,2%.

Tabela 6. Relação Aquisições e Fusões/IDE 1990/2001 (%)

Aquisições & Fusões/IDE	1990/95	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	52,3	58,8	63,8	76,6	70,4	76,7	80,8
Países Desenvolvidos	71,1	85,3	86,6	91,5	81,1	86,0	98,6
Países em desenvolvimento	17,0	21,4	35,1	44,1	32,9	29,7	41,9
Brasil	27,5	60,6	63,5	101,8	32,7	70,2	31,2
Privatizações	n.d.	24,5	27,6	21,2	30,7	20,4	4,8
Privatizações/A&F	n.d.	40,5	43,5	20,8	93,9	29,0	15,4

Fonte: UNCTAD (2002) e Bacen.

⁴³ UNCTAD, 2005b, p. 02.

⁴⁴ Laplane et al., 2001, p. 175.

⁴⁵ CEPAL, 2002, p. 32.

⁴⁶ UNCTAD, 2005a, p. 23.

Principais setores de destino do IDE

Outra questão importante é a distribuição setorial do IDE no Brasil. Como já foi mencionado, ao longo dos anos 90, a indústria de transformação perde participação no total dos fluxos, os quais passam a se dirigir mais para o setor de serviços. Nos países em desenvolvimento, os serviços para os quais se dirigem esses investimentos são principalmente aqueles voltados à indústria, devido ao crescente uso da terceirização, e os de infra-estrutura (principalmente energia, intermediação financeira e comunicações). Até 1999, o ramo de serviços prestados a empresas recebia a maior parte do IDE, mas foi superado nesse ano pelo setor correio e telecomunicações, devido ao processo de privatização das companhias telefônicas. Crescem também as atividades de informática, comércio de autopeças e combustíveis e comércio atacado.

No setor de energia elétrica, a privatização era vista como a única maneira para retomar os investimentos, diversificar as fontes energéticas e modernizar os sistemas de distribuição e transporte, aumentando a eficiência no setor, já que o Estado não possuía os recursos necessários para tal tarefa. Contudo, a experiência do IDE nesse setor não teve muito sucesso, já que os investimentos foram menores do que o previsto, principalmente no segmento de geração de energia. Os investimentos aconteceram principalmente na área de distribuição e transmissão. Além disso, não houve diversificação das fontes energéticas, portanto não se eliminou o risco de escassez de produção que se encontra presente no setor⁴⁷.

No setor de telecomunicações, a experiência do IDE pode ser considerada mais satisfatória. Atraído pela quebra do monopólio estatal, além da demanda reprimida e do relativo atraso tecnológico, o capital estrangeiro entrou no setor tanto através do IDE como através de alianças e consórcios com empresas locais. Grandes grupos internacionais ingressaram no Brasil, como MCI-WorldCom, Bell Canada, GVT, France Telecom, Telecom Italia, Telefónica e Portugal Telecom, que entraram nos segmentos tanto de telefonia fixa como de celulares. A Telefónica se tornou a maior empresa estrangeira no Brasil⁴⁸.

No setor de serviços financeiros, houve uma profunda reestruturação após o Plano Real. Ocorreu um intenso processo de liquidações de bancos menores e de privatizações. O governo brasileiro tomou medidas para estimular a entrada de investidores estrangeiros no setor. A participação do capital estrangeiro no total de ativos do setor passou de 7% em 1995 para 25% em 2001. Há indícios de que esse processo levou a uma melhora na eficiência dos bancos brasileiros⁴⁹.

As ETs também aumentaram sua presença no comércio, tanto atacadista quanto varejista, a partir de 1995. Como muitas empresas no setor enfrentavam dificuldades, as atividades de fusões e

⁴⁷ CEPAL, 2004.

⁴⁸ CEPAL, 2004.

⁴⁹ *Ibidem*.

aquisições se tornaram atrativas. Entraram no Brasil novos grupos, como o Wal-Mart, e se expandiram alguns grupos já presentes no país, como o Carrefour. Outras empresas que entraram no setor foram Fnac, Leroy Merlin e Castorama. Um dos resultados observados nesse processo foi o aumento da concorrência no setor⁵⁰.

No ano de 2001, se destaca o IDE na manufatura, no setor produtivo, e na atividade petrolífera, no setor primário. No ano de 2002, destaca-se o setor automotor e o petrolífero e cai a participação do setor de serviços. Em 2003, continua caindo a participação do setor de serviços nos fluxos de IDE, assim como em 2004, o que pode significar uma revitalização das atividades com maior potencial exportador, além do fim do processo de privatizações. No ano de 2005, a indústria de transformação teve sua participação reduzida nos fluxos totais de IDE para o Brasil, enquanto a participação do comércio aumentou, em grande parte devido à compra da Bompreço pela Wal-Mart⁵¹. Aumentou também a participação dos setores de correio e telecomunicações. No segmento industrial, teve maior participação o setor de alimentos e bebidas, seguido pelo setor automobilístico e pela química.

Em termos de categorias de uso, predominam atualmente os investimentos nos setores de bens de consumo duráveis (automobilístico) e não-duráveis (alimentos e bebidas) e de bens intermediários (setor químico)⁵².

Estratégias das filiais

De acordo com Laplane et al. (2001), as ETs presentes no Brasil podem ser classificadas, segundo sua estratégia, de acordo com o sistema desenvolvido por Dunning (1988 e 1994, apud Laplane et al. 2001), em quatro diferentes grupos⁵³:

- Resource Seeking: são as filiais que exploram as vantagens de localização, principalmente custo e disponibilidade de insumos. Têm saldo comercial positivo. Principais setores: extração de minerais metálicos, papel e celulose e fabricação de móveis;
- Market Seeking Puro: desenvolvem atividades tipicamente *non-tradables*. Suas vendas estão voltadas para o mercado interno. Possuem saldo comercial positivo, devido ao comércio atacadista;
- Market Seeking com baixa orientação externa: as filiais com essa estratégia também têm a maior parte das vendas voltada para o mercado interno, mas têm coeficiente de exportação abaixo da média das 500 maiores empresas do Brasil. Têm saldo comercial negativo. É o grupo que mais exporta para o Mercosul. Importam componentes e insumos da matriz ou de outras filiais. Principais

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ CEPAL, 2004, P. 96.

⁵² Laplane et al. 2001.

⁵³ Ibidem.

setores: químico, material eletrônico e de comunicação, material elétrico e equipamentos de informática;

- Market Seeking com moderada orientação externa: filiais que também têm a maior parte de suas vendas no mercado interno, mas possuem coeficiente de exportação acima da média das 500 maiores empresas. É o grupo que tem o maior volume de comércio com o Mercosul, considerando tanto exportações quanto importações. É o grupo de maior representatividade no Brasil. Principais setores: automotivo, borracha, metalurgia, fumo e alimentos.

Em meados da década de 70, esgota-se o modelo de substituição de importações. O objetivo das filiais estrangeiras instaladas no Brasil, nos anos 70, era explorar recursos naturais (investimento resource seeking). No final dessa década, surgem os investimentos buscando eficiência (investimentos efficiency seeking), principalmente na indústria automobilística⁵⁴.

Já na década de 80, com a crise da dívida externa, elas reduziram drasticamente seus investimentos no Brasil. Porém, mantiveram sua capacidade de acumulação de capital através dos lucros financeiros⁵⁵.

No início dos anos 90, com a recessão e a abertura comercial e financeira, elas passaram a ter uma estratégia mais ofensiva, racionalizando seus custos, reduzindo o tamanho das plantas e demitindo trabalhadores. Portanto, no período de 1990 a 1992, o IDE que entra no país está mais voltado para o processo de racionalização e modernização da produção e da estrutura organizacional⁵⁶. Nesse período, observa-se um aumento da especialização, da desverticalização, da terceirização e uma elevação do conteúdo importado na produção. Esse processo de reestruturação das ETs permitiu que elas alcançassem uma grande melhora no plano microeconômico, mas no plano macroeconômico o que se observou foi um aumento da restrição externa ao crescimento, com a elevação do déficit comercial, devido ao aumento das importações, e do déficit de serviços e rendas. Portanto, apesar da entrada de capital na forma de IDE, a restrição de divisas aumentava⁵⁷.

A partir de 94, com a recuperação do crescimento econômico propiciada pelo Plano Real, o IDE passa a se voltar mais para a criação e expansão da capacidade produtiva, acompanhando o crescimento do mercado interno. Portanto, o IDE passa a ser muito mais influenciado pela busca de mercados (investimentos *market seeking*). Contudo, enquanto isso é válido para os setores de bens de consumo e de bens intermediários, os investimentos no complexo automotriz seguem mais a estratégia de globalização ou regionalização das filiais locais, e a indústria pesada e o setor de commodities agroalimentares seguem a estratégia de exploração de recursos naturais.

⁵⁴ Laplane e Sarti, 1997, p. 158.

⁵⁵ Gonçalves et al., 1998.

⁵⁶ Gonçalves et al., 1998.

⁵⁷ Laplane e Sarti, 2002, p. 64.

Tem-se observado, recentemente, nas empresas transnacionais, uma combinação da estratégia de busca de mercados com a de busca de eficiência para a conquista de terceiros mercados. Por exemplo, na indústria automotriz e na eletrônica, algumas empresas que visavam apenas o mercado interno agora visam também às exportações. Essa tendência poderia ser ainda mais incentivada, com políticas adequadas que atraíssem IDE com estratégia de busca de eficiência.

Integração das filiais na rede mundial das ETs

Quanto à integração das filiais das empresas estrangeiras instaladas no Brasil nas redes mundiais, elas conseguiram evoluir, no máximo, de filiais stand alone (inserção fraca, ou seja, isoladas das redes mundiais) para uma inserção simples (relativamente mais intensa). Isso significa que essas filiais não assumem atividades muito importantes na rede corporativa mundial, tendo suas atividades restringidas apenas ao mercado local. Não se observa, nas filiais estrangeiras instaladas no Brasil, a inserção complexa na rede mundial. Algumas filiais assumiram funções mais importantes na coordenação das atividades dentro do Mercosul, mas continuam excluídas das atividades de coordenação fora da região da América do Sul. Uma exceção é a das montadoras automobilísticas, que estão integradas na estratégia de globalização das matrizes⁵⁸. De acordo com Laplane e Sarti (1997, p. 175), “Atualmente, para as matrizes das montadoras, seu desempenho o Brasil (e no Mercosul) é crucial para suas chances de sobrevivência no mercado mundial”.

De qualquer forma, no Brasil, poucas filiais ocupam uma posição importante enquanto fornecedoras para a matriz ou para outras filiais, a não ser nos setores intensivos em recursos naturais e naqueles que se situam nas etapas intermediárias do processo de produção. Ou seja, essas filiais exportam apenas produtos intensivos em escala ou em recursos naturais para a rede mundial das ETs. Quanto aos outros setores, apenas o de equipamentos de transporte ocupa uma posição de maior destaque enquanto fornecedor para a rede de filiais⁵⁹. Nos demais setores, a integração ocorre apenas através das importações de componentes e de bens de capital por parte das filiais instaladas no Brasil.

Comércio exterior das filiais

Uma questão importante a ser examinada está relacionada à participação das filiais de empresas estrangeiras no comércio exterior do Brasil. Durante a década de 90, essas empresas tiveram uma participação muito grande tanto nas exportações quanto nas importações brasileiras.

⁵⁸ Laplane e Sarti, 1997.

⁵⁹ Hiratuka, 2001.

Um estudo realizado pelo NEIT⁶⁰ para a década de 90, analisando as 500 maiores empresas do Brasil, mostra que tanto as ETs quanto as ENs apresentavam saldo comercial positivo, apesar de o saldo das ETs ser menor. O coeficiente de comércio destas é maior do que o das ENs, em grande parte porque o coeficiente de importação é maior, apesar de o coeficiente de exportação também ser maior, exceto no ano de 2000, conforme se observa na tabela 7. Contudo, de acordo com Laplane e Sarti (2002, p. 79),

[...] as diferenças intersetoriais entre os coeficientes de exportação podem ser mais relevantes para o desempenho exportador agregado do que a origem do capital das empresas envolvidas. Em outras palavras, a composição setorial do IDE e o setor de atuação das empresas estrangeiras na economia brasileira são determinantes importantes de sua contribuição para o desempenho exportador [...]

Tabela 7. Coeficiente de Comércio das Empresas Estrangeiras (EE) e das Empresas Nacionais (EN) nas 500 maiores empresas da Economia Brasileira (%)

	1989		1992		1997		2000	
	EE	EN	EE	EN	EE	EN	EE	EN
C. Exportação	8,8	6,6	11,9	10,7	9,2	8,0	8,5	11,2
C. Importação	4,0	2,5	5,8	3,7	9,0	5,2	8,0	5,0
C. Abertura	12,7	9,1	17,7	14,4	18,2	13,2	16,5	16,2

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP, a partir de dados da Secex e da revista Exame.

As importações totais das filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil cresceram mais do que as exportações totais na década de 90. Com a abertura comercial, todas essas empresas aumentaram suas exportações, mas aumentaram ainda mais suas importações. Entre 97 e 2000, enquanto as importações totais de todas as empresas caíram 9%, as importações totais das filiais de empresas estrangeiras instaladas no país aumentaram 5,5%, apesar da desvalorização de 1999 e das altas tarifas de importação⁶¹. Isso aconteceu porque essas empresas dependem da importação de insumos para produzir. Por esse motivo, a importação de produtos de média e alta intensidade tecnológica depende mais do nível de atividade do que da taxa de câmbio. Portanto, o crescimento da produção industrial, cada vez mais comandado pelas filiais de empresas transnacionais, depende do aumento da importação de insumos.

Por outro lado, no final da década de 90, tanto os índices de exportação quanto de importação caíram. Mas os últimos continuaram sendo maiores que os primeiros.

⁶⁰ Laplane e Sarti, 2002.

⁶¹ Sabbatini, 2003, p. 3 e 4.

Entre 2001 e 2003, houve uma convergência entre essas filiais, as empresas estatais e as empresas privadas nacionais na participação nas exportações totais do país, cada categoria passando a corresponder a cerca de 33% dessas exportações⁶².

Grande parte do comércio exterior das filiais de ETs instaladas no Brasil está relacionada ao comércio intra-firma, ou seja, o comércio dessas filiais com suas matrizes ou com outras filiais instaladas em diferentes países. As importações intra-firma estão muito presentes nos setores de bens de consumo e de bens de capital. As exportações intra-firma são mais importantes no setor de mineração. Isso tem como contrapartida um impacto negativo na balança comercial brasileira.

Por último, é preciso caracterizar a composição das pautas de exportações e de importações das filiais instaladas no Brasil. Durante a década de 90, ocorreu uma deterioração da pauta exportadora brasileira. Houve um baixo dinamismo das exportações totais e, em particular, das exportações de manufaturados. Isso ocorreu em parte devido à valorização cambial provocada pelo Plano Real. Apesar de grande parte do IDE se concentrar em setores exportadores, como siderurgia, papel e celulose e alimentos, suas exportações apresentam baixo dinamismo. Não há evidências de que o IDE tenha alterado a condição do Brasil de exportador de commodities.

As filiais de ETs instaladas no Brasil foram responsáveis, em 2000, por quase 2/3 das importações de bens de média e alta intensidade tecnológica, nos quais o país apresenta um déficit comercial. Enquanto isso, as exportações continuaram dependendo basicamente das commodities primárias e dos produtos industriais de baixa intensidade tecnológica. Suas exportações se concentram nos produtos das indústrias intensivas em escala (insumos industriais e bens duráveis de consumo) e fornecedores especializados (máquinas e equipamentos), além dos produtos primários e indústrias intensivas em recursos naturais. Enquanto isso, as importações se concentram em produtos das indústrias de fornecedores especializados, intensivas em escala e em P&D.

As filiais que apresentam superávit comercial no Brasil são aquelas que atuam nos setores intensivos em recursos naturais, como alimentos, fumo, mineração, papel e celulose e siderurgia, além dos setores de equipamentos mecânicos e autopeças. Aquelas que apresentam déficit comercial são as que atuam nos setores de bens de consumo duráveis e de equipamentos, como eletroeletrônica, informática, máquinas e equipamentos elétricos e telecomunicações, além dos setores químico e farmacêutico. O setor automobilístico passou a apresentar déficit comercial a partir de 1997⁶³.

Além disso, é importante destacar que as ETs presentes no Brasil apresentam saldo comercial negativo com a União Européia, Nafta e Ásia, ou seja, as principais regiões de origem do IDE para o Brasil, o que evidencia a importância do comércio intra-firma para essas empresas. As

⁶² CEPAL, 2004, p. 15.

⁶³ Laplane e Sarti, 1999, p. 38.

filiais instaladas no Brasil importam insumos e componentes das matrizes ou de outras filiais instaladas nessas regiões. Por outro lado, as únicas exportações destinadas a essas regiões correspondem a produtos intensivos em recursos naturais. Ao mesmo tempo, essas filiais apresentam superávit comercial com o Mercosul e a ALADI, únicas regiões para as quais o Brasil exporta produtos com mais alta intensidade tecnológica. No Brasil, dificilmente uma filial de uma empresa estrangeira assume a função de “fornecedora mundial”, ou seja de única empresa produtora de um determinado produto para toda a corporação⁶⁴.

Atividades de P&D desenvolvidas pelas filiais

Uma outra questão muito importante a ser tratada é a das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizadas pelas empresas transnacionais instaladas no Brasil, já que essas empresas respondem por grande parcela das exportações brasileiras.

Não se constituiu no Brasil um núcleo de geração e difusão de inovações, o que leva a uma restrição externa ao crescimento, o que, por sua vez, leva a um déficit comercial estrutural.

As atividades de P&D no Brasil têm estado estagnadas nos últimos anos (por exemplo, em 1999, a relação P&D/PIB foi de apenas 0,87%), além de estarem sendo financiadas principalmente por recursos públicos. A participação das ETs nessas atividades no Brasil é menor que sua participação nas vendas totais ou nas exportações totais do país. Isso ocorre principalmente porque elas têm “links tecnológicos” mais fortes com as matrizes no exterior do que com institutos de pesquisas ou universidades locais. Ou seja, a internalização das atividades tecnológicas das filiais estrangeiras instaladas no Brasil é muito baixa. Mesmo assim, cerca de 40% das atividades de P&D no Brasil são desenvolvidas por filiais de empresas estrangeiras⁶⁵.

Segundo a UNCTAD (2005a), as ETs estão começando a implantar atividades de P&D fora dos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, essas atividades ficavam restringidas à adaptação dos produtos às exigências do mercado local (processo chamado de “tropicalização”). Contudo, mesmo agora, são pouco os países em desenvolvimento que estão participando desse processo de internacionalização das atividades de P&D. Existe, no Brasil, um exemplo desse processo: a General Motors, que tem competido com outras filiais dos Estados Unidos, Europa e Ásia pelo direito de desenhar e construir novos veículos⁶⁶. Contudo, o P&D “adaptativo” continua sendo predominante até mesmo no Brasil.

Para aumentar internalização das atividades de P&D no país, seria preciso aumentar as vantagens de localização associadas à infra-estrutura científica e tecnológica e à força de trabalho

⁶⁴ *Ibidem.* p. 37.

⁶⁵ UNCTAD, 2005a, Overview, p. 44.

⁶⁶ UNCTAD, 2005a, p. 146.

qualificada. Esse é um dos objetivos da nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior que está sendo implementada no Brasil.

CAPÍTULO 3

Impacto da redução dos fluxos de IDE no crescimento e desenvolvimento da economia brasileira

Este capítulo tem como objetivo discutir os impactos dos fluxos de IDE na economia brasileira e, principalmente, os impactos de sua redução no período pós-2001.

O investimento direto estrangeiro que ingressou no Brasil trouxe tanto benefícios quanto custos à economia. O impacto desses investimentos depende de diversos fatores, como por exemplo do setor ao qual eles se destinam e da estratégia da ET. Além disso, esses impactos foram diferentes em cada período da história do Brasil, dependendo da forma como as empresas nacionais reagiram à entrada das empresas estrangeiras na economia, bem como do tipo de política econômica relacionada ao IDE que foi implantada em cada período.

Serão analisados os impactos do IDE sobre a competitividade, a concentração e a desnacionalização da indústria brasileira, sobre os saldos da balança comercial e do Balanço de Pagamentos e sobre o nível de renda e emprego da economia.

Impactos sobre a Balança Comercial

As empresas transnacionais (ETs) têm maior facilidade para se engajar no comércio internacional do que as empresas nacionais (ENs). Isso se deve não só à sua maior integração global, já que elas têm acesso a canais de comercialização e mercados estrangeiros por meio de filiais instaladas em outros países, mas também às suas vantagens competitivas em relação às empresas nacionais, em termos de produtividade, tecnologia e tamanho das empresas. Como destacam De Negri e Laplane (2003, p. 17),

empresas estrangeiras no mesmo setor, com o mesmo tamanho em termos de número de funcionários, com indicadores de produtividade, tecnologia e diferenciação de produtos semelhantes, tendem a exportar e a importar mais do que empresas nacionais.

Esperava-se, portanto, que as empresas transnacionais contribuíssem para melhorar o saldo comercial brasileiro. Contudo, não foi isso o que se verificou. Essas diferenças tiveram impactos maiores sobre as importações do que sobre as exportações das filiais. A propensão a exportar das ETs é maior que a das empresas nacionais, mas a diferença entre as propensões a importar é ainda maior.

Antes de 2001:

Com a abertura comercial no início da década de 90, as filiais de empresas estrangeiras passaram a investir no Brasil buscando vantagens de localização. Contudo, essas filiais não tinham uma estratégia de exportação de sua produção. A maioria do IDE que ingressou no país desde então tinha como principal estratégia a busca de mercados (estratégia *market seeking*). Portanto, elas produziam principalmente para o mercado interno e exportavam principalmente para os países do Mercosul⁶⁷.

A abertura comercial levou a um aumento maior nas importações dessas empresas do que em suas exportações, pois permitiu que as filiais importassem equipamentos e insumos de suas matrizes. Houve, depois de 1994, um crescimento explosivo das importações no Brasil, devido ao processo de especialização produtiva, o que levou à redução dos índices de nacionalização dos bens finais. Aumentaram muito as importações de matérias-primas, componentes e até mesmo de produtos finais⁶⁸.

O comércio intra-firma é muito relevante para essas empresas. Em 1995, por exemplo, o comércio intra-firma representava 43% do comércio total das empresas transnacionais instaladas no Brasil⁶⁹. Com isso, o impacto do IDE na balança comercial brasileira passa a ser negativo, já que o déficit comercial das filiais instaladas no país cresce após a abertura comercial. De acordo com Moreira (1999, p. 06),

Pelo lado das exportações, a subordinação da filial aos interesses da matriz pode resultar em restrições ao acesso a determinados mercados e, pelo lado das importações, essa subordinação pode levar a que a compra de insumos seja determinada por outros fatores que não preço e qualidade.

Ou seja, as filiais seguem as estratégias das matrizes, o que restringe suas exportações aos mercados locais e regionais, ao mesmo tempo em que os insumos e componentes utilizados por essas empresas não são obtidos através de fornecedores locais, mas sim importados das matrizes, mesmo que a preços maiores do que os de outros fornecedores, internos ou externos.

Como pode ser observado na tabela 8, as ETs presentes entre as 500 maiores empresas do Brasil apresentam, para os anos de 1992, 1997 e 2002, saldos comerciais menores que as ENs, o que indica que sua contribuição para o saldo comercial brasileiro tem sido negativa.

⁶⁷ Laplane e Sarti, 1997.

⁶⁸ Laplane e Sarti, 1999.

⁶⁹ Moreira, 1999, p. 06.

Tabela 8. Comércio Exterior das ETs e das ENs nas 500 maiores empresas do Brasil (milhões de dólares)

	1992		1997		2002	
	ET	EN	ET	EN	ET	EN
Exportação	7.608,80	9.092,40	13.576,10	11.922,10	13.255,15	14.257,21
Importação	3.692,00	3.160,90	13.398,80	7.841,40	9.881,91	6.153,04
Saldo	3.916,80	5.931,50	177,30	4.080,70	3.373,24	8.104,17

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP, a partir de dados da Secex e da Revista Exame.

Também contribuiu para piorar o saldo comercial brasileiro o fato de que a maior parte do IDE que ingressou no Brasil na década de 90 se dirigiu ao setor de serviços (principalmente serviços industriais de utilidade pública, serviços de telecomunicações e serviços de intermediação financeira)⁷⁰, no qual os produtos não são exportáveis. Ao mesmo tempo, esses setores também apresentaram um elevado volume de importações provenientes de suas matrizes. Ou seja, nesse aspecto, é importante considerar os principais setores em que o IDE ingressou, já que existem diferenças inter-setoriais entre os coeficientes de exportação. Assim, o fato de o IDE se dirigir principalmente a setores de bens não-transacionáveis colaborou para pressionar o saldo comercial brasileiro.

Colaborou também para esse cenário a redução no esforço exportador por partes das ETs instaladas no Brasil ao longo da década de 90. Enquanto no período 90/92, quando o país se encontrava em recessão, essas empresas realizaram um grande esforço exportador, quando a economia interna começa a se recuperar após 94, elas passam a dar preferência ao mercado interno⁷¹.

Depois da desvalorização de 1999, o coeficiente de exportações das empresas estrangeiras se reduziu (assim como as importações dessas empresas), enquanto o das empresas nacionais aumentou, evidenciando que a taxa cambial não influencia as exportações das filiais instaladas no Brasil como influencia as exportações das demais empresas⁷². Portanto, a política macroeconômica encontra limites para influenciar a estratégia comercial dessas empresas. Seria preciso, pois, realizar políticas para atrair IDE para setores com maior propensão a exportar.

Além disso, enquanto as empresas nacionais exportam mais para o NAFTA, a União Européia e os países asiáticos, as filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil exportam mais para o Mercosul e a ALADI. E a maior parte das importações das ETs é originária dos países sede de suas matrizes⁷³.

⁷⁰ IEDI, 2006.

⁷¹ Laplane e Sarti, 1997.

⁷² Laplane e Sarti, 2002.

⁷³ Laplane et al., 2004.

Verificou-se também que as empresas transnacionais que apresentavam superávit comercial se concentravam nos setores intensivos em recursos naturais, enquanto aquelas que se concentravam nos setores de bens de consumo duráveis geralmente eram deficitárias.

Período pós-2001:

Recentemente, o setor de serviços tem perdido espaço para o setor manufatureiro na entrada de novos fluxos de IDE. Isso pode significar uma melhora no saldo comercial dessas empresas, já que elas estão se concentrando mais em setores de bens transacionáveis. Além disso, as exportações brasileiras podem ir além das tradicionais, ou seja, daquelas dos setores intensivos em recursos naturais, para alcançar a indústria manufatureira.

Desde 2001, o Brasil tem apresentado superávits na balança comercial, como pode ser observado na tabela 9. Mas, em 2002 por exemplo, esse resultado se deveu mais à queda nas importações (15%) do que ao aumento das exportações (3,7%)⁷⁴.

Tabela 9. Brasil: Balança Comercial 1990-2005 (milhões de dólares)

Ano	Saldo anual	Exportação de bens (fob)	Importação de bens (fob)
1990	10.752,40	31.413,80	-20.661,40
1991	10.580,00	31.620,40	-21.040,50
1992	15.238,90	35.793,00	-20.554,10
1993	13.298,80	38.554,80	-25.256,00
1994	10.466,50	43.545,20	-33.078,70
1995	-3.465,60	46.506,30	-49.971,90
1996	-5.599,00	47.746,70	-53.345,80
1997	-6.752,90	52.994,30	-59.747,20
1998	-6.574,50	51.139,90	-57.714,40
1999	-1.198,90	48.011,40	-49.210,30
2000	-697,70	55.085,60	-55.783,30
2001	2.650,50	58.222,60	-55.572,20
2002	13.121,30	60.361,80	-47.240,50
2003	24.793,90	73.084,10	-48.290,20
2004	33.640,50	96.475,20	-62.834,70
2005	44.748,10	118.308,30	-73.560,20

Fonte: BCB - DEPEC

Segundo a CEPAL, em 2003, houve um significativo aumento das exportações brasileiras, sendo que as empresas transnacionais foram responsáveis por 43% desse desempenho. As importações caíram em termos absolutos e as filiais estrangeiras continuaram praticamente com a

⁷⁴ Sarti e Sabbatini, 2003, p. 3.

mesma participação nesse volume de importações (cerca de 40%). Com isso, essas empresas foram responsáveis por 45% do saldo positivo da balança comercial brasileira em 2003.⁷⁵

Por outro lado, as expectativas de substituição de importações após a desvalorização de 2002, comandada pelas empresas transnacionais, ficaram aquém das expectativas, devido à crise econômica, ao aumento da taxa de juros e à expectativa de valorização do Real⁷⁶.

Ou seja, a abertura comercial na década de 90, ao contrário do que se esperava, aumentou muito mais as importações do que as exportações das filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Essas empresas contribuíram para melhorar a pauta exportadora brasileira, através de produtos intensivos em escala e produtos de fornecedores especializados, mas essas exportações foram destinadas prioritariamente ao Mercosul e à ALADI. Como pode ser verificado na tabela 10, as filiais de empresas estrangeiras presentes no Brasil possuem superávit comercial com o Mercosul e a ALADI, devido principalmente aos setores intensivos em recursos naturais, em escala e em P&D e produtos de fornecedores especializados. Enquanto isso, possuem déficit comercial com a NAFTA, União Européia e Ásia, principalmente nos setores de produtos intensivos em escala e em P&D e produtos de fornecedores especializados.

Tabela 10. Amostra de 100 ET: saldo da balança comercial por produtos CTP e regiões de destino, 1997 (em US\$ mil)

	MERCOSUL	NAFTA	ALADI	União Européia	Ásia	Resto do Mundo	Total CTP
Produtos Primários Agrícolas	(177.545,00)	(27.260,00)	(5.061,00)	204.817,00	1.009,00	46.248,00	42.108,00
Produtos Primários Minerais	36.621,00	17.067,00	(387,00)	226.266,00	157.447,00	110.541,00	547.554,00
Produtos Primários Energéticos	-	(136,00)	(5.594,00)	-	(21.159,00)	(19.055,00)	(45.944,00)
Indústria Agroalimentar	(63.093,00)	(34.555,00)	7.277,00	219.573,00	223.853,00	226.901,00	579.757,00
Indústria Intensiva em Outros Recursos Agrícolas	209.312,00	(89.949,00)	43.650,00	199.785,00	167.536,00	245.415,00	775.728,00
Indústria Intensiva em Recursos Minerais	52.216,00	(324.101,00)	(77.033,00)	(93.494,00)	299.855,00	(26.688,00)	(269.245,00)
Indústria Intensiva em Recursos Energéticos	(3.728,00)	(22.018,00)	(35,00)	(7.853,00)	9,00	(1.268,00)	(34.893,00)
Indústria Intensiva em Trabalho	12.662,00	(109.706,00)	18.574,00	(82.405,00)	(2.405,00)	16.587,00	(146.693,00)
Indústria Intensiva em Escala	1.155.376,00	248.014,00	744.862,00	(890.548,00)	(262.519,00)	136.174,00	1.131.359,00
Fornecedores Especializados	84.387,00	(508.242,00)	264.171,00	(1.294.232,00)	(339.623,00)	(44.341,00)	(1.837.880,00)
Indústria Intensiva em P&D	160.082,00	(722.851,00)	101.839,00	(649.070,00)	(672.170,00)	(198.392,00)	(2.180.761,00)
Não Classificados	7,00	4,00	47,00	-	-	200,00	258,00
Total Regiões	1.466.198,00	(1.573.734,00)	1.092.112,00	(2.367.191,00)	(448.367,00)	392.321,00	(1.439.650,00)

Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP a partir de dados primários da SECEX.

No período recente, tem-se verificado uma melhora na contribuição das ETs para o saldo comercial brasileiro, mas essa melhora se deve mais a uma redução nas importações do que a um aumento das exportações. Além disso, as exportações continuam dependendo principalmente de produtos com baixa intensidade tecnológica. Ou seja, as ETs não têm contribuído para melhorar a

⁷⁵ CEPAL, 2004.

⁷⁶ Sabbatini, 2003.

pauta de exportações brasileiras nem para tirar o país da condição de exportador de commodities primárias.

Balanco de Pagamentos

O fato de o IDE passar a se dirigir predominantemente para setores de bens e serviços não-comercializáveis fez com que aumentasse o passivo externo brasileiro, pois significou uma mudança patrimonial, em que os ativos passam das mãos de residentes para não-residentes. Contudo, a capacidade de oferta não aumentou na mesma magnitude, já que esses investimentos não fomentam diretamente as exportações⁷⁷.

Além disso, o IDE tem um impacto negativo no Balanço de Pagamentos do Brasil, relacionado à remessa de lucros e dividendos ao exterior. Essa é a contrapartida da entrada de capital na forma de IDE. Essas remessas têm aumentado no período recente. Um dos motivos desse aumento foi a crise internacional do final da década de 90, que levou os investidores a antecipar essas remessas antes que a crise atingisse o Brasil. Outro motivo pode ter sido a elevada taxa de rentabilidade no mercado interno. Além disso, o aumento dessas remessas pode ser explicado pelo próprio aumento dos fluxos de IDE a partir de 1994⁷⁸.

As remessas de lucros e dividendos dobraram no período 1991-1997, enquanto as remessas de IDE triplicaram no Brasil. Isso significa que, para cada US\$ 3,00 investidos, US\$ 1,00 retornou na forma de lucros e dividendos⁷⁹. É importante lembrar que nem todas essas remessas estão relacionadas ao IDE; uma parte delas está associada aos investimentos em portfólio. Na primeira metade da década de 90, essas remessas superaram os fluxos de IDE no Brasil. A partir de 1996, conforme se observa na tabela 11, elas passaram a ser menores que os fluxos de IDE, apesar de representarem uma grande parcela destes.

Tabela 11. Brasil: Relação entre Remessas de Lucros e Dividendos e Investimento Direto Estrangeiro (%)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Rem/IDE	316,8	109,6	49,0	233,9	128,6	106,6	40,1	36,4	28,9	20,6	12,9	23,3	36,3	63,1	45,5	70,6

Fonte: Bacen

Existe também o problema de restrição de divisas externas. Como grande parte do IDE que entrou no Brasil na década de 90 se dirigiu aos setores de bens não-comercializáveis, não foram

⁷⁷ IEDI, 2006, p. 09.

⁷⁸ Laplane e Sarti, 1999, p. 29.

⁷⁹ Laplane et al., 2001, p. 184.

geradas divisas suficientes para compensar a remessa de lucros e dividendos ao exterior, pressionando assim a conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos.

Deve-se considerar também a remessa dos juros de empréstimos intra-firma e os preços de transferência via comércio intra-firma (as filiais podem sub-valorizar suas exportações para as matrizes e sobre-valorizar suas importações das matrizes)⁸⁰. Como se observa na tabela 12, os empréstimos intercompanhia têm como contrapartida a remessa de juros e amortizações ao exterior, o que também acaba pressionando a conta corrente do Balanço de Pagamentos. Em determinados anos, essas remessas foram maiores até mesmo que a entrada de capitais na forma de empréstimos.

Tabela 12. Brasil: IDE e empréstimos intercompanhia (milhões de dólares)

Ano	IDE (líquido)	a) IDE - Empréstimo intercompanhia de matriz no exterior à filial no Brasil (ingresso)	b) IDE - Empréstimo intercompanhia de matriz no exterior à filial no Brasil (amortização)	Saldo (a-b)
1990	988,8	257,60	(169,80)	87,80
1991	1.102,20	307,50	(177,10)	130,40
1992	2.061,00	871,00	(389,80)	481,20
1993	1.290,90	1.063,90	(486,30)	577,60
1994	2.149,90	632,10	(453,80)	178,30
1995	4.405,10	872,70	(728,10)	144,60
1996	10.791,70	1.537,20	(638,70)	898,50
1997	18.992,90	3.320,10	(1.144,20)	2.175,90
1998	28.855,60	6.501,90	(3.125,00)	3.376,90
1999	28.578,40	4.845,70	(6.247,50)	(1.401,80)
2000	32.779,20	6.777,30	(3.818,70)	2.958,60
2001	22.457,40	8.910,90	(5.222,90)	3.688,00
2002	16.590,20	7.495,00	(8.024,50)	(529,50)
2003	10.143,50	6.120,00	(5.317,20)	802,80
2004	18.145,90	5.254,00	(5.666,00)	(412,00)
2005	15.066,30	7.989,80	(7.649,70)	340,10

Fonte: BCB – DEPEC

Por outro lado, o IDE teve um papel muito importante no financiamento do Balanço de Pagamentos brasileiro. Os crescentes déficits comerciais e de serviços na década de 90 foram financiados pela entrada de IDE (além dos investimentos em portfólio e das linhas de financiamento e empréstimos do exterior). Como pode ser visto na tabela 13, durante a década de 90 o Brasil apresentou constantemente déficits em conta corrente. Contudo, o IDE colaborou muito para financiar esses déficits, chegando a financiar sua totalidade em 1999.

⁸⁰ Gonçalves et al., 1998.

Tabela 13. Brasil: saldo de Conta Corrente e Necessidade de Financiamento 1994-1999 (em US\$ bilhões e %)

	Saldo em Transações Correntes	% no PIB	Necessidade de Financiamento*	% no PIB	IDE líquido	IDE/Saldo Conta Corrente
1994	(1.689,00)	-3,11	283,00	0,05	1.972,00	116,8
1995	(17.972,00)	-2,54	(13.659,00)	-1,94	4.313,00	24,0
1996	(23.136,00)	-2,98	(13.160,00)	-1,70	9.976,00	41,0
1997	(30.916,00)	-3,84	(13.833,00)	-1,72	17.083,00	55,3
1998	(33.611,00)	-4,33	(7.718,00)	-0,96	25.893,00	77,0
1999	(24.375,00)	-4,38	5.589,00	1,00	29.968,00	122,9

Fonte: Bacen

* Saldo em transações correntes mais investimento direto estrangeiro

O maior problema dessa forma de financiamento do Balanço de Pagamentos é que os fluxos de IDE são muito instáveis. Assim, sua queda a partir de 2001, por exemplo, dificultou o financiamento do déficit comercial através da entrada de fluxos de capitais. Além disso, com a maturação desses investimentos, eles tendem a se reduzir, enquanto a remessa de lucros, dividendos e royalties ao exterior não se reduz. Na década de 90, por exemplo, grande parte dos fluxos de IDE se destinou à aquisição de empresas públicas, processo que tem se esgotado com o fim das privatizações. Novos investimentos podem ser destinados à ampliação ou modernização dessas empresas, mas seus volumes serão bem menores.

Por outro lado, como argumenta Franco (2005), os dividendos remetidos ao exterior, incluindo os juros dos empréstimos inter-companhia, correspondem a uma pequena proporção do estoque de IDE (3,3% em média entre 93 e 2004, para as empresas do 2º Censo do Bacen)⁸¹. Ou seja, para o autor, os fluxos de capitais remetidos ao exterior na forma de lucros, dividendos, royalties e juros de empréstimos inter-companhia são um preço baixo pelo volume de capitais que entra no país na forma de investimentos diretos.

Encadeamentos Produtivos e Tecnológicos

A entrada de ETs no país pode gerar encadeamentos produtivos e tecnológicos (*spillovers*), já que elas possuem vantagens de propriedade sobre as empresas nacionais. Mas a ocorrência desses encadeamentos depende da resposta das empresas nacionais, ou seja, de sua capacidade em “capturar” as vantagens que as ETs possuem.

⁸¹ Franco, 2005, p. 13.

Esses encadeamentos podem ocorrer por meio da transferência de trabalhadores treinados nas filiais para empresas locais, da transferência de conhecimentos sobre engenharia de produção, de processo e de gestão, da transferência de conhecimentos e recursos para fornecedores e clientes, e através do envolvimento das filiais com universidades e instituições de pesquisa locais⁸².

Além disso, as empresas nacionais recorrem apenas a fontes de informação domésticas para realizar suas inovações. Enquanto isso, as ETs recorrem a fontes externas e internas⁸³. Portanto, a presença de filiais no Brasil é importante para que possam atuar como canal de difusão de informações para as empresas nacionais.

Por fim, as atividades de P&D das filiais podem aumentar os esforços de P&D das empresas nacionais. Há indícios de que as empresas nacionais desenvolvem com mais intensidade atividades de P&D quando atuam em setores com forte presença de transnacionais que desenvolvem esse tipo de atividade no Brasil⁸⁴.

Contudo, não se desenvolveu no Brasil um centro de geração e difusão de inovações⁸⁵. Portanto, as filiais que aqui se instalam geralmente não implantam atividades de P&D internamente. Essas atividades continuam sendo realizadas no país sede da empresa transnacional. Isso dificulta a formação de encadeamentos tecnológicos a partir da entrada de IDE no país. A participação das filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil nos gastos em atividades de P&D é menor que sua participação nas vendas totais e nas exportações totais das empresas brasileiras⁸⁶. Essas filiais geralmente não têm ligações com universidades e institutos de pesquisa brasileiros, pois seus “links tecnológicos” são externos.

Atualmente, as empresas transnacionais têm implantado atividades de P&D fora de seus países de origem. Mas, nos países em desenvolvimento, esse fenômeno ainda é muito raro. No Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, a maior parte das atividades de P&D visa apenas à adaptação dos produtos às exigências dos mercados locais (“tropicalização”).

O Brasil não atrai IDE com objetivo de realizar atividades de P&D no país. Por isso, as empresas estrangeiras instaladas no Brasil acabam gastando proporcionalmente menos que as empresas nacionais nesse tipo de atividade, reduzindo a possibilidade de *spillovers*. Seria preciso, portanto, aumentar as vantagens de localização relacionadas à estrutura científica e tecnológica e a uma força de trabalho mais qualificada.

Além disso, as filiais de empresas estrangeiras instaladas no país importam seus insumos e equipamentos dos países sede de suas matrizes, e não de fornecedores locais, o que dificulta a

⁸² Laplane et al., 2004.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem, p. 29.

⁸⁵ Laplane e Sarti, 1997.

⁸⁶ Hiratuka, 2003.

transferência de tecnologia e know-how às empresas nacionais. Portanto, o impulso dinâmico do investimento direto estrangeiro é direcionado para o exterior, e não para as empresas locais.

Impactos sobre os níveis de renda e de emprego

De acordo com o que já foi discutido nesse trabalho, o IDE que entrou no Brasil não teve grande influência sobre o nível de atividade econômica. Conforme já foi mencionado, o crescimento da formação bruta de capital fixo não acompanhou o crescimento dos fluxos de IDE, o que mostra que esse tipo de investimento tem um baixo poder de indução ao crescimento do nível de investimentos na economia.

Em parte, isso se deve ao fato de que não foram criados encadeamentos produtivos e tecnológicos no Brasil. Esses encadeamentos foram transferidos para o exterior, através das importações de bens de capital. Um outro motivo para isso é que, no Brasil, grande parte do IDE foi destinado à aquisição de ativos já existentes e não a novos investimentos. Ou seja, grande parte do IDE que entrou no Brasil correspondeu a fusões e aquisições ou privatizações, e não a investimentos *greenfield*. Nesse caso, o IDE só ajudaria a realimentar o crescimento econômico se o novo proprietário das empresas realizasse novos investimentos, visando a modernização ou ampliação da capacidade produtiva.

O que se observa, contudo, no Brasil é que o IDE não tem um grande poder de indução ao crescimento da economia. O crescimento da demanda interna na década de 90 foi possibilitado pela ocupação da capacidade produtiva ociosa, o que significa que não foram necessários investimentos em ampliação da capacidade produtiva⁸⁷.

Além disso, o IDE não teve impacto positivo sobre o nível de emprego no Brasil. De acordo com Dupas (1999), a tendência é que sejam criados menos empregos formais por cada dólar adicional investido no país. Isso se deve ao aumento da automação e da informatização trazidos pelas ETs. Apenas o emprego indireto aumenta⁸⁸.

Por outro lado, em países como o Brasil, em que as filiais adotam estratégias market seeking, são criados mais e melhores empregos. Ou seja, o impacto sobre o nível de emprego depende da estratégia da ET e também do tipo de IDE (*greenfield* ou A&F). Nesse aspecto, quando o investimento consiste em novas instalações (*greenfield*), o impacto sobre o nível de emprego é mais positivo. Contudo, em países em que o IDE se dirigiu à privatização de empresas públicas, como é o caso do Brasil, o impacto sobre o nível de emprego foi negativo⁸⁹.

⁸⁷ Laplane et al., 2001.

⁸⁸ Dupas, 1999.

⁸⁹ *Ibidem*.

Ou seja, no Brasil, as filiais empregam relativamente poucas pessoas, tendo em conta sua presença em termos de entradas, vendas e ativos. Ademais, é preciso levar em conta que a entrada de empresas estrangeiras mais competitivas pode levar à quebra de algumas empresas nacionais, destruindo postos de trabalho.

Competitividade

Para Bonelli (1998), o IDE aumenta a competitividade da economia e esta contribui para atrair mais IDE. Segundo o autor, o IDE é fundamental para aumentar a contestabilidade dos mercados e, com isso, aumentar a competitividade. Portanto, o fato de o IDE se dirigir para o setor de serviços contribuiu para aumentar a competitividade nos setores de produtos comercializáveis, já que um setor de serviços eficiente é fundamental para que o setor exportador seja eficiente⁹⁰.

Além disso, as ETs contribuem para aumentar a competitividade na economia trazendo para o país tecnologias, técnicas e capacidade inovativa que só elas possuem, as quais podem ser transferidas para as empresas nacionais através de *spillovers*. Com isso, até mesmo a propensão a exportar das empresas nacionais pode aumentar. Quando as filiais tentam aumentar sua própria competitividade, elas podem contribuir para aumentar a competitividade na indústria e até mesmo no setor em que atuam.

Esperava-se que o IDE fosse aumentar a competitividade das empresas brasileiras. Contudo, as exportações brasileiras continuaram basicamente dependentes de commodities primárias. No ano de 2002, por exemplo, apesar da melhora no saldo da balança comercial, apenas as exportações de bens básicos e semi-manufaturados aumentaram, enquanto as exportações de bens de alto valor agregado diminuíram⁹¹.

As filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil são responsáveis por quase metade das exportações do país, mas apenas uma pequena parte dessas é formada por bens com nível de desenvolvimento tecnológico médio ou alto⁹². Os superávits comerciais brasileiros continuam dependendo da exportação de commodities primárias e de produtos industriais com baixa intensidade tecnológica.

Segundo Laplane e Sarti (1999), o IDE contribuiu para aumentar a competitividade das empresas brasileiras no plano microeconômico, mas os impactos em termos macroeconômicos foram desfavoráveis (desnacionalização produtiva, redução da capacidade de gerar inovação, redução do nível de emprego, etc.)⁹³.

⁹⁰ Bonelli, 1998.

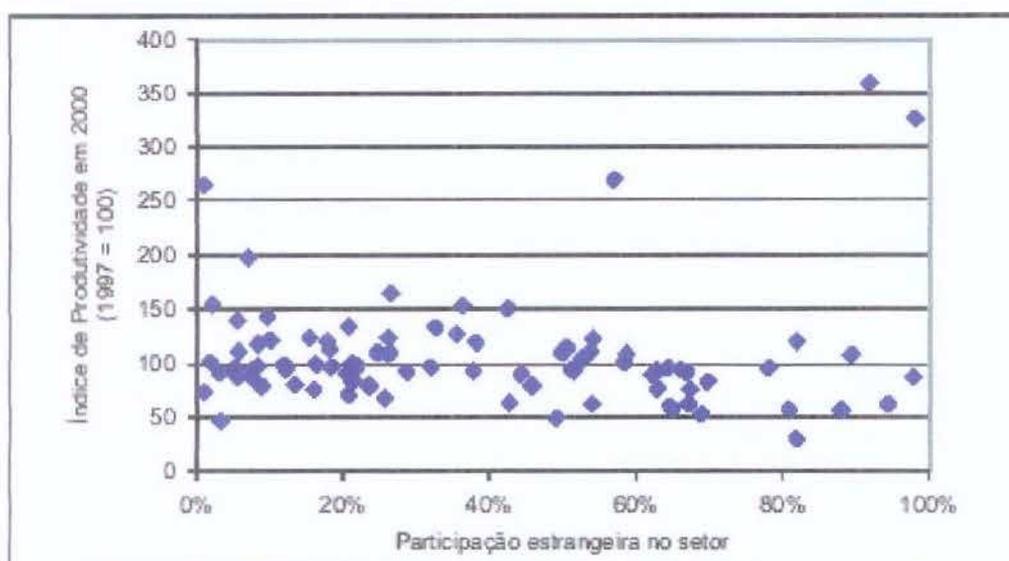
⁹¹ Sarti e Sabbatini, 2003, p. 03.

⁹² CEPAL, 2004.

⁹³ Laplane e Sarti, 1999, p. 42.

Na grande maioria dos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, a ocorrência de transbordamentos tem sido escassa. Portanto, a presença das ETs não tem contribuído para aumentar a produtividade e a competitividade nas empresas brasileiras. Como pode ser visto no gráfico 5, a presença de empresas estrangeiras não tem contribuído para aumentar a produtividade nos diferentes setores da economia.

Gráfico 5. Brasil: Presença estrangeira X Produtividade, 2000 (por setor a três dígitos)



Fonte: Gonçalves (2005), com base em dados do IBGE e Bacen.

Concentração

Um outro impacto da entrada de IDE no Brasil foi o aumento da concentração da produção das empresas estrangeiras em determinados setores. Na década de 90, as previsões de investimentos se concentravam nos setores de alimentos e bebidas, papel e celulose, produtos químicos, metalurgia básica e no setor automobilístico. Considerando as decisões de investimentos, a concentração é ainda maior: quase metade se concentra nos setores automobilístico e químico⁹⁴. A concentração da produção se dá naqueles setores em que as economias de escala são significativas, como os setores intensivos em capital. Na tabela 14 podem-se verificar os principais setores em que se concentraram os fluxos de IDE na segunda metade da década de 90, tanto na indústria como nos serviços.

⁹⁴ Laplane e Sarti, 1999, p. 24.

Tabela 14. Fluxo de IDE por setor de atividade – Fluxo acumulado nos principais setores (1995-1999)

<i>Setor</i>	% do IDE recebido
SERVIÇOS	80,1
Correio e telecomunicações	16,0
Eletricidade, gás e água	14,0
Comércio (varejista e atacadista)	8,5
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	18,4
Automobilística	4,6
Produtos químicos	3,0
Material elétrico e equipamentos de comunicação	1,4

Fonte: Laplane et al., 2001, com base em FIRCE e Censo de Capitais Estrangeiros.

Além disso, houve também um processo de concentração da produção dessas empresas. Com a abertura comercial na década de 90, as filiais de ETs instaladas no Brasil reagiram concentrando a produção, com o objetivo de obter ganhos de escala, principalmente nos setores intensivos em capital⁹⁵.

Desnacionalização

Ocorreu também um processo de desnacionalização produtiva no Brasil. Esse processo pode ser verificado através das operações de fusões e aquisições realizadas no país, além da crescente participação das empresas transnacionais nas vendas totais das empresas brasileiras. Além disso, dentro da categoria A&F, têm aumentado as operações envolvendo controle majoritário⁹⁶.

Esse processo foi mais intenso no período 1995-99 e principalmente nos setores de *non-tradables*. A desnacionalização pode ser verificada pelo aumento da participação estrangeira na produção, que passou de 13,5% em 1995 para 24,6% em 1999. Além disso, o processo de desnacionalização foi significativo em setores estratégicos da economia, como os bancos e o agronegócio⁹⁷. Como consequência, esses setores ficaram submetidos às decisões das matrizes no exterior, as quais têm suas próprias estratégias de investimento e produção.

De acordo com a classificação de Sarti e Laplane (2002), a desnacionalização que se verificou no Brasil teve dois aspectos: patrimonial e comercial (ou da produção). O primeiro está relacionado à transferência de empresas nacionais para estrangeiros. O segundo tipo de

⁹⁵ Laplane et al., 2001, p. 174.

⁹⁶ Laplane et al. 2001.

⁹⁷ Gonçalves et al., 1998, p. 250.

desnacionalização se refere ao aumento do conteúdo importado nos bens finais⁹⁸. Reduziram-se os índices de nacionalização dos bens finais, devido ao processo de especialização produtiva que se deu após a abertura comercial. Aumentaram muito as importações de matérias-primas, componentes e até mesmo de produtos finais.

De acordo com Gonçalves et al. (1998), a desnacionalização tem dois efeitos: o “efeito Balanço de Pagamentos”, que diz respeito ao fato de que grande parte do IDE se dirige a setores de *non-tradables*, o que pressiona as contas externas do país, e o “efeito soberania nacional”, que está relacionado à entrada de empresas estrangeiras no país, com “fontes externas de poder”⁹⁹.

Além disso, segundo os autores, o processo de desnacionalização pode trazer dois novos efeitos: o “efeito multiplicador da vulnerabilidade externa”, que diz respeito ao fato de que a desnacionalização econômica aumenta ainda mais a vulnerabilidade externa do país, com um crescente controle do sistema produtivo pelo capital estrangeiro, e o “efeito fragilidade institucional”, que está relacionado ao fato de que o processo de desnacionalização ocorre em um contexto de deterioração política e institucional do país, o que dificulta ainda mais as relações entre as instituições brasileiras e o capital estrangeiro¹⁰⁰.

A tabela 15 mostra o processo de desnacionalização produtiva que ocorreu no Brasil na segunda metade da década de 90, tanto em termos de investimento quanto de produção e vendas. Na tabela 16, podem-se verificar os setores da indústria em que esse processo se deu de forma mais intensa. No setor automobilístico, por exemplo, as empresas estrangeiras têm uma participação de 98% na receita líquida de vendas.

Tabela 15. Desnacionalização da Economia Brasileira, 1995-99 (participação do capital estrangeiro em %)

Participação do capital estrangeiro	1995	1996	1997	1998	1999
Fluxo de investimento bruto	2,5	6,1	10,2	15,4	24,6
Estoque de capital fixo	6,8	7,8	9,2	10,5	12,4
Valor bruto da produção	13,5	15,5	18,3	20,8	24,6
Vendas das grandes empresas	33,3	34,1	36,3	43,5	nd

Fonte: Gonçalves (2005).

nd = não disponível

⁹⁸ Laplane e Sarti. 2002, p.

⁹⁹ Gonçalves et al., 1998, p. 251.

¹⁰⁰ Gonçalves et al., 1998, p. 253.

Tabela 16. Setores com maior participação estrangeira (% da receita líquida de vendas)

Setor	Participação Estrangeira
Automóveis	98%
Ônibus e Caminhões	98%
Máquinas para escritório	94%
Produtos do fumo	92%
Material elétrico para veículos	89%
Aparelhos e equipamentos de telefonia, radiotelefonia e transmissores de televisão e rádio	88%
Material eletrônico básico	82%
Defensivos Agrícolas	82%
Máquinas e equipamentos para a indústria de extração mineral e construção	81%
Fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais e simétricos	78%

Fonte: Gonçalves (2005) a partir de dados do IBGE e Bacen.

Portanto, o processo de desnacionalização ocorreu de forma muito intensa na economia brasileira, principalmente nos setores estratégicos da economia. Um dos principais problemas desse processo é que ele leva a uma influência cada vez maior do capital estrangeiro sobre a economia nacional.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi discutido até agora, o investimento direto estrangeiro que entrou no Brasil não foi decisivo para o crescimento e desenvolvimento econômico do país. Portanto, sua queda a partir de 2001 não teria trazido grandes problemas.

Por um lado, essa queda teve alguns impactos negativos, já que diminuiu a entrada de capitais estrangeiros na forma de investimento diretos, pressionando o Balanço de Pagamentos brasileiro, além de aumentar a restrição de divisas estrangeiras do país. Além disso, apesar da redução desses investimentos, não diminuíram as remessas de lucros e dividendos ao exterior. Houve uma queda no volume de novos investimentos estrangeiros, mas aqueles que já haviam sido realizados anteriormente continuaram gerando dividas, as quais continuaram sendo remetidas aos países de origem das filiais instaladas no país. Isso contribuiu para pressionar ainda mais o Balanço de Pagamentos.

Mas, por outro lado, a redução desses fluxos não teve impacto negativo sobre o nível de investimento global da economia, já que o IDE não estava realimentando endogenamente o nível de investimentos do país.

Quanto aos encadeamentos tecnológicos, a conclusão a que se chega é que a redução nesses fluxos também não implicará em grandes problemas. As filiais de empresas estrangeiras que atuam no Brasil raramente têm estratégia de busca de eficiência. Portanto, são poucos seus efeitos em termos de transferência de tecnologia a empresas locais, mesmo porque elas mesmas não têm desenvolvido atividades de P&D no Brasil. Além disso, ao importar seus insumos e equipamentos, não permitem que ocorra essa transferência para fornecedores locais. Portanto, a entrada de novas empresas dificilmente mudará esse quadro, sendo assim difícil afirmar que a redução dos fluxos de IDE no período recente trouxe prejuízos ao país em termos de desenvolvimento tecnológico.

Com relação à Balança Comercial, a queda no volume de IDE pode ter representado uma piora na pauta de exportações brasileira, tendo em vista que as exportações das filiais de empresas estrangeiras têm conteúdo tecnológico mais elevado que as exportações das empresas nacionais. Por outro lado, a redução dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil pode também representar uma redução nas importações de bens de capital e equipamentos dos países-sede das matrizes. Deste modo, dadas as características observadas no comércio exterior realizado pelas filiais instaladas no Brasil, não teria havido grandes prejuízos para o país em decorrência da redução dos fluxos de IDE recentemente.

Portanto, a redução nos fluxos de IDE no período pós-2001 teve impactos negativos na economia brasileira em termos de aumento da restrição de divisas externas e da pressão sobre o

Balanço de Pagamentos. Por outro lado, não teve grandes impactos sobre a geração de renda e emprego ou sobre o nível de desenvolvimento tecnológico do país.

Para obter maiores benefícios da entrada desses investimentos no país, seria preciso adotar políticas de seleção e atração daqueles investimentos que trarão maiores benefícios à economia, dirigindo-os aos setores estratégicos para o plano de desenvolvimento econômico do país. Contudo, da forma como esses investimentos têm sido atraídos nos últimos anos, eles têm trazido tanto benefícios quanto problemas ao país, portanto não há como se afirmar que sua redução foi prejudicial à economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adriana e VELASCO, Eliana. Evolução e Distribuição Setorial do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil no período de 1995 a 1999. Revista FAE, Curitiba, vol. 4, nº 1, pág. 27-34, jan/abr. 2001. Disponível em www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/evolucao_e_distribuicao_setorial.pdf.

BONELLI, Regis. A note on Foreign Direct Investment (FDI) and Industrial Competitiveness in Brazil. Texto para discussão nº 584, Rio de Janeiro, agosto/1998. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/td/td0584.pdf.

CEPAL. Foreign Investment in Latin America and the Caribbean Report, 2001-2004. Disponível em: www.eclac.org/publicaciones.

DE NEGRI, Fernanda e LAPLANE, Mariano F. Impactos das empresas estrangeiras sobre o comércio exterior brasileiro: evidências da década de 90. Texto para discussão nº 1002, Brasília, dez/2003. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_1002.pdf.

DUPAS, Gilberto. Impactos Sociais e Econômicos das novas tecnologias de informação. Setembro, 1999. Disponível em www.ime.usp.br/~cesar/simposio99/dupas.rtf.

FRANCO, Gustavo H. B. Investimento Direto Estrangeiro no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? Revista Política Internacional, nº especial (CIDEDEC), 2005. Disponível em www.econ.puc-rio.br/gfranco/CIDEDEC_IDE%20no%20Brasil.pdf.

GONÇALVES, João Emílio Padovani. Empresas Estrangeiras e Transbordamentos de Produtividade na Indústria Brasileira: 1997-2000. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/premio/pr272.pdf.

GONÇALVES, Reinaldo, BAUMANN, Renato, PRADO, Luiz Carlos Delorme e CANUTO, Otaviano. A nova economia internacional – Uma perspectiva brasileira. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 1998.

HIRATUKA, Célio. The role of Transnational Corporations in the Brazilian National System of Innovation. Texto para Discussão NEIT, vol. 1, nº 3, abril/2003. Disponível em <www.eco.unicamp.br/neit/download/texto_discussao/td3-hiratuka.pdf>.

_____ - Estratégias comerciais das filiais brasileiras de empresas transnacionais no contexto de abertura econômica e concorrência global. Revista de Economia Contemporânea, UFRP, vol. 04, 2001. Disponível em <www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/estrategias_comerciais_das_filiais_de_empresas_transnacionais.pdf>.

HIRATUKA, Célio e DE NEGRI, Fernanda. Influencia del Origen del Capital sobre los patrones del comercio exterior brasileño. Revista da Cepal, nº 82. Abril/2004. Disponível em <www.cepal.org/publicaciones/xml/1/19411/lcg2220e-Hiratuka.pdf>.

IEDI. Investimento Direto Estrangeiro no Brasil – um panorama. Agosto/2006. Disponível em <www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20060804_ide.pdf>.

LAPLANE, Mariano F., GONÇALVES, João Emílio Padovani e ARAÚJO, Rogério Dias de. Efeitos de Transbordamento de empresas estrangeiras na indústria brasileira (1997-2000). Disponível em <www.redmercosur.org.uy/encuentro2004/impactos_inversion_extranjera_directa/Brasil.pdf>.

LAPLANE, F. Mariano e SARTI, Fernando. Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. Revista Economia e Sociedade, Campinas, n. 8, jun. 1997.

_____ - O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. Revista Economia e Sociedade, Campinas, n. 18, jan./jun. 2002.

_____ - Investimento Direto Estrangeiro e o impacto na Balança Comercial nos anos 90. Texto para discussão nº 629, Brasília, fev/1999. Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_629.pdf>.

LAPLANE, F. Mariano, SARTI, Fernando, HIRATUKA, Célio e SABBATINI, Rodrigo. La Inversión Extranjera Directa en el Mercosur. El caso brasileño. Em El Boom de Inversión Extranjera Directa en el Mercosur. Chudnovsky, Daniel (organizador). Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001.

MOREIRA, Maurício Mesquita. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior. Texto para discussão BNDES, nº 67, Rio de Janeiro, março/1999. Disponível em <www.bndespar.gov.br/conhecimento/TD/td-67.pdf>.

SABBATINI, Rodrigo. FDI, Trade and the FTAA: some evidence from Brazil. Texto para discussão NEIT, vol. 1, nº 2, março/2003. Disponível em <www.eco.unicamp.br/neit/download/texto_discussao/td2-sabbatini.pdf>.

SARTI, Fernando e SABBATINI, Rodrigo. Trade, Foreign Investment and the Competitiveness Policy: some reflections on the Brazilian situation. Texto para discussão NEIT, vol. 1, nº 6, junho/2003. Disponível em <www.eco.unicamp.br/neit/download/texto_discussao/td6-sartiesabbatini.pdf>.

UNCTAD. World Investment Report 2005 - Transnational Corporations and the internationalization of R&D. Disponível em: <www.unctad.org/wir>.

UNCTAD. Investment Brief - Sharp Rise in FDI driven by M&As in 2005. Número 1, 2006. Disponível em www.unctad.org/en/docs/webiteija20061_en.pdf.